

ESTUDO

**RETRATOS
SOCIAIS 2021
PESSOAS NEGRAS**

RETRATOS SOCIAIS DF 2021

População negra no Distrito Federal

Brasília-DF, julho de 2023

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha

Governador

Celina Leão

Vice-Governadora

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAD**

Ney Ferraz Júnior

Secretário

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA
DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF Codeplan**

Manoel Clementino Barros Neto

Diretor-Presidente

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga

Diretora de Desenvolvimento Institucional

Renata Florentino de Faria Santos

Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Daienne Amaral Machado

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Dea Guerra Fioravante

Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS

- Daienne Amaral Machado - Diretora

Coordenação de Pesquisas e Estudos Quantitativas de Políticas Sociais - COPAQ/DIPOS

- Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães - Coordenadora (até novembro de 2022)
- Juliana Estanislau Cançado - Coordenadora (a partir de dezembro de 2022)

Supervisão da pesquisa

- Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães - Coordenadora (até novembro de 2022)

Participação na pesquisa

- Daienne Amaral Machado - Diretora
- Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães - Coordenadora (até novembro de 2022)
- Raphael Santos Lapa - Pesquisador bolsista

Redação

- Raphael Santos Lapa - Pesquisador bolsista

Revisão e copidesque

Matheus Viana de Figueiredo

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

APRESENTAÇÃO

Este estudo integra um conjunto de análises temáticas, elaboradas por iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS), do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan). A série Retratos Sociais DF 2021 apresenta análises sociodemográficas e socioeconômicas de segmentos específicos da população a partir de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2021 (PDAD 2021), priorizando a desagregação territorial e salientando heterogeneidades identificadas. A série Retratos Sociais teve início com a PDAD 2018 e, portanto, está na sua segunda edição.

O objetivo deste estudo é fornecer informações sobre a população negra aos gestores públicos de políticas sociais, pesquisadores e instituições interessadas em políticas sociais no Distrito Federal. Além deste estudo, que analisa questões sobre educação, acesso ao mercado de trabalho e desigualdades sociais entre pessoas negras e não negras, estudos sobre os seguintes segmentos/temas também integram a série: i) crianças; ii) mulheres; iii) idosos; iv) pessoas com deficiência; v) jovens; vi) pessoas LGBTQIA+; e vii) segurança alimentar.

A PDAD, fonte dos dados dessas análises, é uma pesquisa domiciliar de periodicidade bianual, realizada pela Codeplan, agora IPEDF Codeplan. Seus dados são especialmente relevantes para subsidiar políticas públicas distritais porque permitem identificar heterogeneidades dentro do território do Distrito Federal. Diferentemente de bases sociodemográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PDAD tem representatividade para as 33 regiões administrativas do Distrito Federal. Assim, a análise dessa pesquisa é fonte singular para a sinalização de prioridades para políticas públicas voltadas à redução de desigualdades no âmbito do Distrito Federal.

A PDAD 2021, como de costume, investigou aspectos demográficos, de migração, condições sociais e econômicas, situações de trabalho e renda, características do domicílio, condições de infraestrutura urbana, entre outras informações, de modo a oferecer um amplo e circunscrito diagnóstico da situação atual do Distrito Federal. Essa edição contou com algumas inovações em relação às edições anteriores, sendo de especial importância para este estudo as perguntas inéditas sobre orientação sexual e identidade de gênero, a inserção da categoria “prestação de serviços por aplicativo” entre os tipos de atividades de trabalho principal e a captação de mercado de trabalho informal.

A elaboração de todos os sete estudos da série Retratos Sociais 2021 segue procedimentos metodológicos similares, detalhados em seção específica no documento. Os aspectos metodológicos particulares a este estudo sobre raça/cor também estão reportados, tornando possível ao(à) leitor(a) identificar facilmente quais são as especificidades metodológicas de cada temática e, ainda, quais são as similaridades entre elas.

RESUMO

Este estudo apresenta o perfil da população negra no Distrito Federal. O estudo destaca os principais indicadores sociodemográficos, de escolaridade, de mercado de trabalho, de segurança alimentar e de seguridade social. Foram utilizados os dados da Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílio (PDAD) realizada em 2021. O estudo evidencia nítida hierarquização com a base da pirâmide em mulheres negras e com o topo em homens não-negros. Essa hierarquia significa, para as mulheres negras, maiores jornadas de trabalho e menores rendas e maiores taxas de desemprego. Ademais, trabalhadores negros são a maioria no setor informal de trabalho, com maior inserção no setor de serviços e estão inseridos de forma acentuada no contexto de empreendedorismo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	16
2.1. Procedimentos e conceitos comuns à série Retratos Sociais 2021	16
2.1.1. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD).....	16
2.1.2. Critério Brasil para analisar nível de renda.....	16
2.1.3. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA.....	17
2.2. Procedimentos e conceitos específicos a este estudo	17
2.2.1. O critério étnico-racial	17
3. RESULTADOS	20
3.1. O perfil sociodemográfico	20
3.1.1. Panorama geral: mulheres pretas e pardas são a maioria da população no Distrito Federal	20
3.1.2. Por Região Administrativa - Estrutural e Lago Sul, menor e maior proporção de negros no Distrito Federal	21
3.1.3. Por Critério Brasil - A população negra é a maioria na Classe D-E	24
3.1.4. Por faixa etária - Pirâmide Etária.....	25
3.1.5. População LGBTQIA+.....	26
3.2. Escolaridade	27
3.2.1. População que frequenta escola - A população negra é maioria em instituições públicas até os 24 anos	27
3.2.2. População com 25 anos ou mais - Mulheres negras têm a menor taxa de nível de escolaridade superior	30
3.3. Mercado de trabalho	33
3.3.1. Panorama geral - A população negra tem uma entrada mais precoce no mercado de trabalho	33
3.3.2. Taxa de participação - Alta participação dos negros no mercado de trabalho.....	36
3.3.3. Formalidade - Trabalhadores negros são maioria no setor informal	37
3.3.4. Posição na ocupação - Mulheres não-negras têm a maior taxa de participação no emprego público e homens negros a menor	38
3.3.5. Jornada de trabalho remunerado - Mulheres negras têm maior jornada de trabalho ao se considerar os afazeres domésticos	42
3.3.6. Renda individual média - Mulheres pretas e amarelas têm a menor renda no Distrito Federal.....	44
3.4. Segurança alimentar, seguridade social e uso do SUS.....	46
3.4.1. Segurança alimentar – 29,3% da população negra enfrenta insegurança alimentar.....	46
3.4.2. Contribuição previdenciária - Mulheres negras são as que menos contribuem em previdência pública	47
3.4.3. SUS e planos de saúde - ¼ da população negra utiliza exclusivamente o SUS	47
4. DISCUSSÃO	50

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
APÊNDICE.....	59
Apêndice A - Tabela 12 - Raça/Cor por Grupos de Regiões Administrativas	59
Apêndice B - Figura 2 - Mapas de distribuição espacial por Grupo Raça/Cor	60
Apêndice C - Tabela 13 - Raça/Cor por Critério Brasil	61
Apêndice D - Tabela 14 - PIA por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução	62
Apêndice E - Tabela 15 - PEA por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução.....	63
Apêndice F - Tabela 16 - População Ocupada por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução.....	64
Apêndice G - Tabela 17 - População Desempregada por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução	65
Apêndice H - Tabela 18 - Formais por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução - Completo	66
Apêndice I - Tabela 19 - Posição na Ocupação por raça/cor e gênero - Completa .	67
Apêndice J - Tabela 20 - Distribuição racial no Distrito Federal	68
Apêndice K - Tabela 21 - Pirâmide Etária - Grupo Raça/Cor e Gênero.....	70

1. INTRODUÇÃO

A apresentação de um perfil da população a partir do atributo étnico-racial é essencial e incontornável ao entendimento da formação sociodemográfica e dos movimentos de relação social que ocorrem em um determinado território. É sob esse entendimento que este relatório apresenta um retrato da população do Distrito Federal a partir da variável raça/cor comparando grupo de pessoas negras e não-negras a partir dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio, realizada entre maio e dezembro de 2021.

A comparação se dá a partir de quatro dimensões de análise. Na primeira parte dos resultados, serão analisados os aspectos gerais da composição sociodemográfica. Uma segunda dimensão observará o aspecto educacional, com foco na frequência de indivíduos em idade escolar, e na escolaridade da população a partir dos 25 anos. O mercado de trabalho ocupará a terceira dimensão de análise. Essa dimensão investiga composição do mercado de trabalho, as condições de renda, jornada de trabalho e analisa questões de empreendedorismo e trabalho doméstico. Por fim, se verificam aspectos de saúde e seguridade social, aproveitando que a PDAD 2021 traz, de forma inédita, questões de segurança alimentar.

Antes de adentrar nas questões metodológicas específicas da PDAD 2021 sobre aferição de raça/cor da população, destaca-se o histórico desse aspecto em outras pesquisas análogas e suas respectivas ressalvas. Essas considerações servem para uma leitura e interpretação mais atenta e cautelosa dos dados, especialmente em análise comparada em termos temporais e espaciais ao se considerar a dimensão do território brasileiro.

Os predicados raça e cor, atualmente difundidos de forma combinada, têm recebido diversos tratamentos por parte de pesquisas censitárias ao longo da história nacional. Os termos, se não tratados como um conceito agregado, vêm sendo tratados de forma intercambiável. Por exemplo, se observa que o primeiro censo nacional, datado de 1872, trazia na letra do Decreto o termo “côr” (Art. 3º. BRASIL, 1871) ao tempo em que as tábuas de resultado usaram o termo “raça” (BRASIL, 1874) com a seguinte classificação: brancos, pardos, pretos e caboclos.¹

No recenseamento seguinte, realizado em 1890, surgiu o termo “mestiço”, que substitui o “pardo”. O censo de 1920 ignorou a variável, enquanto censo seguinte (1940) retomou o termo “pardo” e acrescentou o designador “amarelo”, tendo em vista o fluxo migratório asiático. Ainda no censo de 1940, categorias “preta” e “parda” foram tratadas conjuntamente. O retorno da distinção entre os termos ocorreu em 1950 e 1960. No primeiro recenseamento geral, sob o regime ditatorial militar (1970), a categoria não foi coletada, tendo sido retomada em caráter amostral em 1980. A categoria “indígena” foi suprimida e inserida na classificação “parda”, tendo sido invisibilizada desde o censo de 1890 e retomada somente no censo de 1991.² A partir do censo de 1991, as cinco categorias foram fixadas para as pesquisas subsequentes. Foi também a partir dessa pesquisa que se estabeleceu o termo

¹ A classificação cabocla fazia referência à classificação atual de “indígena”. O relatório à época apontava a existência de três “raças” (a branca, a africana e a indígena), e que a categoria parda seria advinda do cruzamento da raça africana com as demais. Para maiores detalhes, verificar (GOUVÊA; XAVIER, 2013).

² A categoria “parda” vai abranger distintas classificações ao longo dos recenseamentos. Em 1950: índios, mulatos, caboclos, cafuzos; em 1960: “mulato, caboclo, cafuzo, etc.” e indígenas vivendo fora dos aldeamentos indígenas; em 1980: para as diferentes de branca, preta e amarela, tais como mulata, mestiça, índia, etc. Uma apresentação detalhada de todas essas distinções pode ser verificada no Quadro 1 do (ANJOS, 2013, p. 109-110).

binomial raça/cor, tendo as investigações anteriores (exceto de 1872) utilizado exclusivamente o termo cor (OSORIO, 2003, pp. 18-19).

Além da pertinência histórica, esse resgate busca chamar atenção para o entendimento de que tratar uma variável socialmente construída é também observar o próprio movimento de forças na sua constituição. Nesse sentido, as políticas de branqueamento advindas do incentivo à política migratória relegam a categoria preta/parda a uma indefinição, conforme apresentado sobre o censo de 1940.³ A propaganda oficial de uma “democracia racial” no regime ditatorial militar ecoa na extinção da coleta de dados de raça/cor no censo de 1970. Ao comentar esse último censo, no qual mais de um cientista social envolvido na coleta e tratamento dos dados declarou explicitamente o inflacionamento da categoria branca, Abdias do Nascimento argumentou:

Além disso, essas estatísticas demonstram não apenas o declínio, em números per se dos negros; elas refletem fato mais grave: o ideal de embranquecimento infundido sutilmente à população afro-brasileira, por um lado; e de outra parte, o poder coativo nas mãos das classes dirigentes (brancas) manipulado como instrumento capaz de conceder ou negar ao descendente africano acesso e mobilidade às posições sociopolíticas e econômicas. E neste cerco fechado, o termo raça não aparece, mas é o a arame farpado onde o negro sangra sua humanidade. (NASCIMENTO, 1978, p. 76)

Voltando à realidade regional, o primeiro instrumento de pesquisa amostral aplicado no território do Distrito Federal se deu em momento prévio à própria inauguração da capital. Trata-se do Censo Experimental de Brasília (COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL, 1959) obtido a partir de coletas realizadas em maio de 1959. Ele apresentou a seguinte distribuição racial da população: 55% da população composta por brancos, 35% de pardos, 9% de pretos e 1% de amarelos. Além disso, é a coleta desse dado foi realizada de forma heteroclassificada, ou seja, o responsável pelo preenchimento dessa informação era o próprio recenseador.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD Contínua,⁴ a população brasileira tinha em 2021 uma composição racial de 43% de brancos, 46% de pardos e 9,8% de pretos. Conforme PDAD 2021, o Distrito Federal tinha composição de 41% de brancos, 46,3% de pardos, 11,1% de pretos, 1,4% de amarelos e 0,3% de indígenas. O Distrito Federal é, portanto, uma das unidades da federação com população negra levemente superior à média nacional.

O aspecto racial, em conjunto com gênero, marca significativamente distâncias e desigualdades sociais. As estatísticas do século XIX (HASENBALG, 1979), estudos com pesquisas a partir da PNAD 1976 (OLIVEIRA; PORCARO; ARAÚJO, 1985), análises da

³ O Brasil teve uma política institucionalmente racista de tentativa de branqueamento da população, conforme se verifica nos próprios instrumentos legais desde Deodoro da Fonseca, em 1890 com o Decreto nº 928 (REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL, 1890) que previa em seu art. 1º:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, exceptuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

Até Getúlio Vargas, em 1945 com a edição do Decreto-Lei nº 7967 (revogado somente em 1980) que previa em seu art. 2º.

Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional. (BRASIL, “DECRETO-LEI nº 7.967”, 1945).

⁴ No que diz respeito aos processos de auto e alter classificação, a PNAD Contínua se assemelha metodologicamente à PDAD. Sendo assim, a pesquisa da PNAD Contínua será utilizada como ponto de referência a nível nacional.

PNAD de 1995 a 2015 realizadas nos relatórios “Retrato das desigualdades de gênero e raça”⁵ atestam essa afirmação sobre o aspecto racial. Isso foi observado também na análise longitudinal da PNAD de 1992 a 2002 (QUADROS, 2004) e, mais recentemente, em análises a partir de dados da PNAD 2014 (SALATA, 2020) ou de diversas bases de dados distintas, conforme relatório “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” produzido pelo IBGE (IBGE, 2019).

Para promover a igualdade racial, o Distrito Federal tem em vigência o Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial, conforme Decreto distrital nº 41.962/2021 (GDF, 2021), que estabelece objetivos para o período de 2021 a 2023. Este relatório, espera-se, subsidiar gestores públicos, legisladores e sociedade civil na reflexão sobre raça/cor no DF e na formulação de políticas públicas para promoção da igualdade racial no Distrito Federal, com especial atenção aos eixos do normativo mencionado de: i) Desenvolvimento de Estratégias para Identificação e Enfrentamento do Racismo; ii) Saúde; iii) Educação; iv) Trabalho e Empreendedorismo; e v) Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar.

⁵ Produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1. Procedimentos e conceitos comuns à série Retratos Sociais 2021

2.1.1. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)

Os dados utilizados neste estudo foram extraídos da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) realizada em 2021 e, para algumas comparações, da respectiva pesquisa realizada em 2018. A PDAD é realizada com periodicidade bianual pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), agora Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan).

A PDAD permite traçar o perfil socioeconômico da população-alvo para as 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Isto é, a pesquisa abrange aspectos demográficos, migratórios, condições sociais e econômicas, acesso à educação, situações de trabalho e renda e inclui, também, condições de moradia e acesso à infraestrutura urbana. Como inovação em relação à edição de 2018, a pesquisa contou com perguntas de identidade de gênero e orientação sexual, incluiu entre os tipos de atividades ocupacionais a “prestação de serviços por aplicativo” e reestruturou a captação de informações sobre formalização no mercado de trabalho.

Em 2021, a pesquisa contou com uma amostra de 30.888 domicílios localizados em áreas urbanas e áreas rurais com características urbanas do DF. Além de coletar informações relativas aos domicílios, a pesquisa levantou informações de perfil socioeconômico de 83.481 moradores. Essa amostra representa 3.010.881 moradores e 936.812 domicílios do DF. Na edição de 2018, a PDAD coletou informações de 69.654 pessoas residentes em 21.908 domicílios do DF, o que representa 2.881.854 moradores e 883.437 domicílios.

2.1.2. Critério Brasil para analisar nível de renda

Diferentemente da série Retratos Sociais DF 2018, as análises dos dados da PDAD 2021 por nível de renda usam a classificação do “Critério Brasil”. O Critério Brasil é um classificador para a estratificação socioeconômica da sociedade brasileira. A metodologia desse indicador é baseada no conceito de renda permanente, que expressa a riqueza do domicílio e seu poder de compra. Esse indicador busca ser multidimensional para captar variações no status socioeconômico de uma família. Além disso, ele busca minimizar problemas com ausência de dados ligados à prestação de informações por parte do respondente. (KAMAKURA; MAZZON, 2016; ABEP, 2021).

Na série de estudos anterior, se utilizou o agrupamento de regiões administrativas por nível de renda média. As regiões administrativas foram classificadas em quatro categorias: alta renda, média-alta renda, média-baixa renda e baixa renda. O Critério Brasil classifica o domicílio segundo aspectos socioeconômicos e não o território, o que caracteriza um agrupamento socioeconômico mais homogêneo em cada estrato dado que, dentro de cada região administrativa, existem domicílios com diferentes níveis de renda. A tabela abaixo apresenta os estratos socioeconômicos do Critério Brasil e as respectivas médias das rendas domiciliares mensais de acordo com dados da PDAD 2021.

Tabela 1 - Classes pelo Critério Brasil

Classes	Renda Domiciliar Média
A	R\$ 24.878,22
B1	R\$ 16.549,83
B2	R\$ 9.906,25
C1	R\$ 6.058,80
C2	R\$ 3.026,78
D-E	R\$ 1.870,50
Total	R\$ 6.868,13

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

2.1.3. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA

Outra inovação da PDAD 2021 é a investigação sobre segurança alimentar. Um bloco de questões utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), uma escala com quatro níveis: i) segurança alimentar; ii) insegurança alimentar leve; iii) insegurança alimentar moderada; e iv) insegurança alimentar grave. A escala foi construída a partir de 14 (quatorze) questões para mensurar a realidade nutricional da população. Oito questões foram direcionadas aos maiores de 18 anos e outras seis questões aos que estão abaixo dessa idade. A soma das respostas produziu uma escala que permite realizar a classificação anteriormente indicada.

Essa evolução da PDAD permite uma observação mais detida sobre a população em insegurança alimentar, em especial para políticas de assistência social que demandam maior celeridade em sua aplicação. Também permite observar as distintas formas de insegurança alimentar em níveis de severidade distintos.

2.2. Procedimentos e conceitos específicos a este estudo

2.2.1. O critério étnico-racial

Toda classificação é uma simplificação da realidade e, por isso mesmo, as estatísticas têm certas limitações a depender de como a generalização e agregação realizada é feita. Conhecer os critérios metodológicos evita um olhar enviesado sobre os dados – e sobre a realidade.

A opção por agregar pessoas negras como um grupo que soma pessoas pretas e pardas e pessoas não-negras em um grupo que soma pessoas brancas, indígenas e amarelas justifica-se, pelo menos, por razões estatísticas e por razões metodológicas. A significância estatística dos dados de grupos minoritários (indígenas e amarelos somam 1,75% da população) não tem impacto sob o olhar estatístico na análise comparativa. Assim, a PDAD 2021 analisa os grupos “indígenas” e “amarelos” sob uma perspectiva mais geral, prejudicando análises comparativas mais aprofundadas. As classificações “amarela” e “indígena” têm um percentual pouco representativo no Distrito Federal, somando cerca de 1,75% da população. A significância estatística para desagregações posteriores torna a análise das cinco categorias em separado inviável. Quando estatisticamente possível, todavia, foi realizada a desagregação em cinco categorias étnico-raciais, para destacar discrepâncias em variáveis mais gerais. É o caso de renda, no qual se verifica, em ordem crescente, a

seguinte distribuição: R\$ 2.461,52 (indígenas),⁶ R\$ 2.682,81 (preta), R\$ 3.225,43 (amarela), R\$ 3.358,00 (parda) e R\$ 5.051,81 (branca), conforme será tratado em seção específica.

A opção por essa categoria binomial acompanha pesquisas anteriormente publicadas (CODEPLAN, 2020a) (CODEPLAN, 2017) (DIEESE, 1999), o que permite um olhar continuado e longitudinal sobre a questão. Além disso, a agregação entre pretos e pardos vem sendo tratada continuamente pelo IBGE como uma única categoria agregada, especialmente pela aproximação em termos nos indicadores mais gerais como renda, escolaridade, dentre outros.⁷ Osório resume a questão da seguinte maneira:

A agregação de pretos e pardos tem a vantagem de dissolver o problema do tipo limítrofe entre essas duas categorias, mas acentua o problema da fronteira entre pardos e brancos. A representação do negro, ainda que varie circunstancialmente, aponta para o extremo preto das gradações de cor. Assim, fica difícil conceber o pardo na fronteira do branco com o negro, pois os traços que o relacionam ao “fenótipo” negro estão extremamente diluídos. Todavia, deve-se lembrar que o propósito da classificação racial não é estabelecer com precisão um tipo “biológico”, mas se aproximar de uma caracterização sociocultural local. O que interessa, onde vige o preconceito de marca,⁸ é a carga de traços nos indivíduos do que se imagina, em cada local, ser a aparência do negro. Pardos têm menos traços, mas estes existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos; e é a presença desses traços que os elegerá vítimas potenciais de discriminações. Portanto, a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados. (OSÓRIO, 2003, p. 23-24)

Há ainda uma questão metodológica quanto à coleta do atributo. Pode-se recepcionar o dado das seguintes maneiras: i) a autoclassificação⁹ (aberta ou fechada)¹⁰ na qual o próprio entrevistado repassa a informação; o seu oposto; ii) a heteroclassificação, quando a informação é coletada a partir de percepção do recenseador; e iii) a alterdeclaração (APARECIDA; BARROS; CAMPOS, 2003), no qual entende-se a classificação realizada pelo indivíduo respondente acerca dos demais membros residentes daquele domicílio. Essa distinção metodológica é relevante porque pode impactar o dado coletado. Por exemplo, quando se estuda desigualdade de renda, ela tende a ser mais baixa na autodeclaração do que na alterdeclaração, conforme estudo de (TELLES; LIM, 1998). Diferenças importantes também foram vistas em dados sobre raça/cor. Em um estudo realizado em Pelotas/RS, sobre diferenças socioeconômicas entre autoclassificação e heteroclassificação de cor/raça, verificou-se tendência de branqueamento dos entrevistados quando os dados foram coletados por heteroclassificação. “Autoclassificados pardos e pretos tiveram 1,4 e 1,5 vezes mais chance de serem classificados como brancos do que como pretos e pardos, respectivamente.” (BASTOS *et al.*, 2008).

⁶ Mesmo em uma desagregação simples, como a da variável renda pelas categorias de raça/cor, tem-se um coeficiente de variação alto (0,15) para indígenas.

⁷ Alguns estudos indicam que: “A parcela de negros com uma renda relativamente melhor, que não quer se definir “preto” ou “negro”, tende a se auto definir como “escuro” ou - mais ainda - “pardo” ou “moreno”” (SANSONE, 1998, p. 178) como indicativo do processo de embranquecimento em situações de ascensão social.

⁸ A clássica divisão entre preconceito de marca e de origem, realizada por Oracy Nogueira pela primeira vez em 1955, ao comparar a sociedade brasileira e a estadunidense, ainda reverbera especialmente ao se analisar as questões auto e heteroclassificação, a partir do qual é possível perceber interessantes apontamentos a partir da Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População (PCERP) 2008 (TEIXEIRA, MOEMA DE POLI; BELTRÃO, KAIZÔ IWAKAMI; SUGAHARA, SUNOÊ, 2010)

⁹ O aspecto de classificação e identificação é melhor discutido em Pesquisa de Características Étnico-Raciais da População - PCERP 2008 (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013).

¹⁰ Pensando-se uma autoclassificação fechada, a partir das cinco categorias possíveis de resposta, como é o caso da PNAD e da PDAD; já uma autoclassificação aberta permite uma resposta mais espontânea, na qual a pesquisa permite a busca por uma identificação étnica, usualmente omitida especialmente para população negra e indígena.

No caso da PDAD 2021, e suas predecessoras, os dados foram coletados por autotclassificação para o respondente, enquanto que, na ausência dos demais membros do domicílio, aplica-se o conceito de alter-declaração, ou seja, de uma declaração para os membros ausentes da casa a partir do respondente.

Há uma importante inovação trazida pela PDAD 2021: a captação de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual. Essa variável, combinada à variável étnico-racial, não será tratada a partir da variável de sexo de nascimento, mas sim de gênero.¹¹ As distintas classificações de gênero, entretanto, não foram analisadas comparativamente, tendo em vista o critério anteriormente indicado.¹² Portanto, agregaram-se as identidades “Homem”, “Masculino” e “Homem Trans” na categoria “Homem” e, de maneira análoga, na categoria “Mulher”, foram agregadas as identidades “Mulher”, “Feminino” e “Mulher Trans”.

¹¹ Com exceção do grupo de pessoas com menos de 18 anos, porque essas perguntas não foram direcionadas a esse grupo.

¹² O IPEDF Codeplan produzirá pesquisa separada e focalizada nessa matéria.

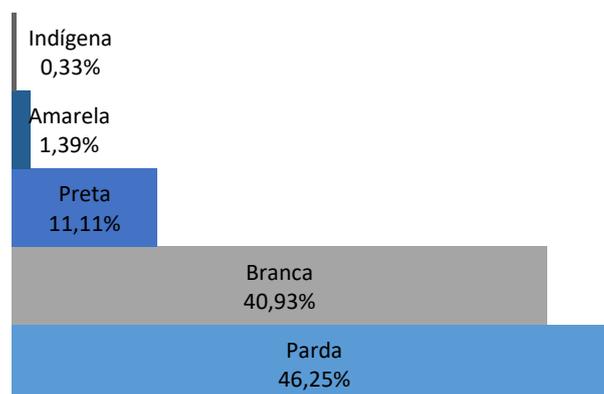
3. RESULTADOS

3.1. O perfil sociodemográfico

3.1.1. Panorama geral: mulheres pretas e pardas são a maioria da população no Distrito Federal

Em 2021, a distribuição étnico-racial da população do Distrito Federal tinha as seguintes proporções: 41% de brancos, 46,3% de pardos, 11,1% de pretos, 1,4% de amarelos e 0,3% de indígenas. Considerando o critério de grupo de raça/cor mencionado na seção anterior, a proporção de população negra era de 57,4%. Esse percentual é levemente superior à distribuição a nível nacional (55,8%).

Gráfico 1 - Composição Étnico-Racial no Distrito Federal



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

A análise da composição no Distrito Federal, a partir dos dados de dez anos atrás (PDAD 2011), indica que o percentual de negros vem aumentando, sendo 53,93% em 2011, 54,75% em 2015 e, desde 2017, o percentual tem ficado em torno de 57%, conforme as PDADs subsequentes. Esse indicativo de crescimento desvela um importante debate sobre a identificação racial no Brasil. Conforme estudo demográfico que observa os dados de 1870 a 2007 (SOARES, 2008), assim como uma ratificação atualizada a partir dos dados mais recentes (2005 a 2015), a conclusão é semelhante:

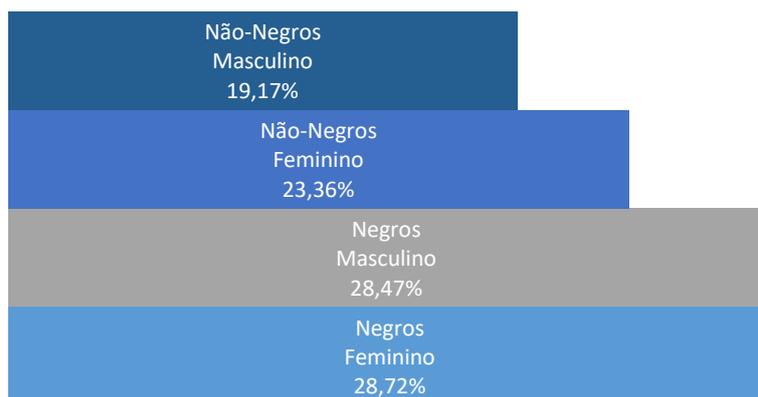
(...) nossas análises mostram que a rápida mudança observada na composição étnico-racial da população brasileira, a partir dos anos 2000, foi devida quase que exclusivamente à mudança ocorrida no modo como as próprias pessoas se veem. No período 2001-2015, houve um aumento de 7,24 pontos percentuais na porcentagem de negros na população brasileira, sendo que 90,9% desse aumento deveu-se à mudança na identificação racial. (DE JESUS; HOFFMANN, 2020, p. 20)¹³

Ainda nas palavras de Sergei Soares: *“Pode-se dizer que o que está ocorrendo não é que o Brasil esteja tomando-se uma nação de negros, mas, sim, que está se assumindo como tal.”* (SOARES, 2008, p. 116).

¹³ Na região Centro-Oeste, verifica-se um aumento de 34,72% devido à mudança na identificação.

O olhar para a questão racial nos mostra que o Distrito Federal tem uma população negra superior à não-negra. Ao observar a intersecção com a variável de gênero, nota-se que as maiores proporções são de mulheres negras (28,72%) e de homens negros (28,47%), seguido por mulheres não-negras (23,36%) e homens não-negros (19,17%) (Gráfico 2). Como contrapondo e adiantando resultados observados neste estudo, a menor parcela da população (homens não-negros) apresenta os melhores índices em quase todos os indicadores, fazendo ressoar localmente questões históricas que permeiam a construção do país.

Gráfico 2 - Composição Étnico-Racial por Gênero



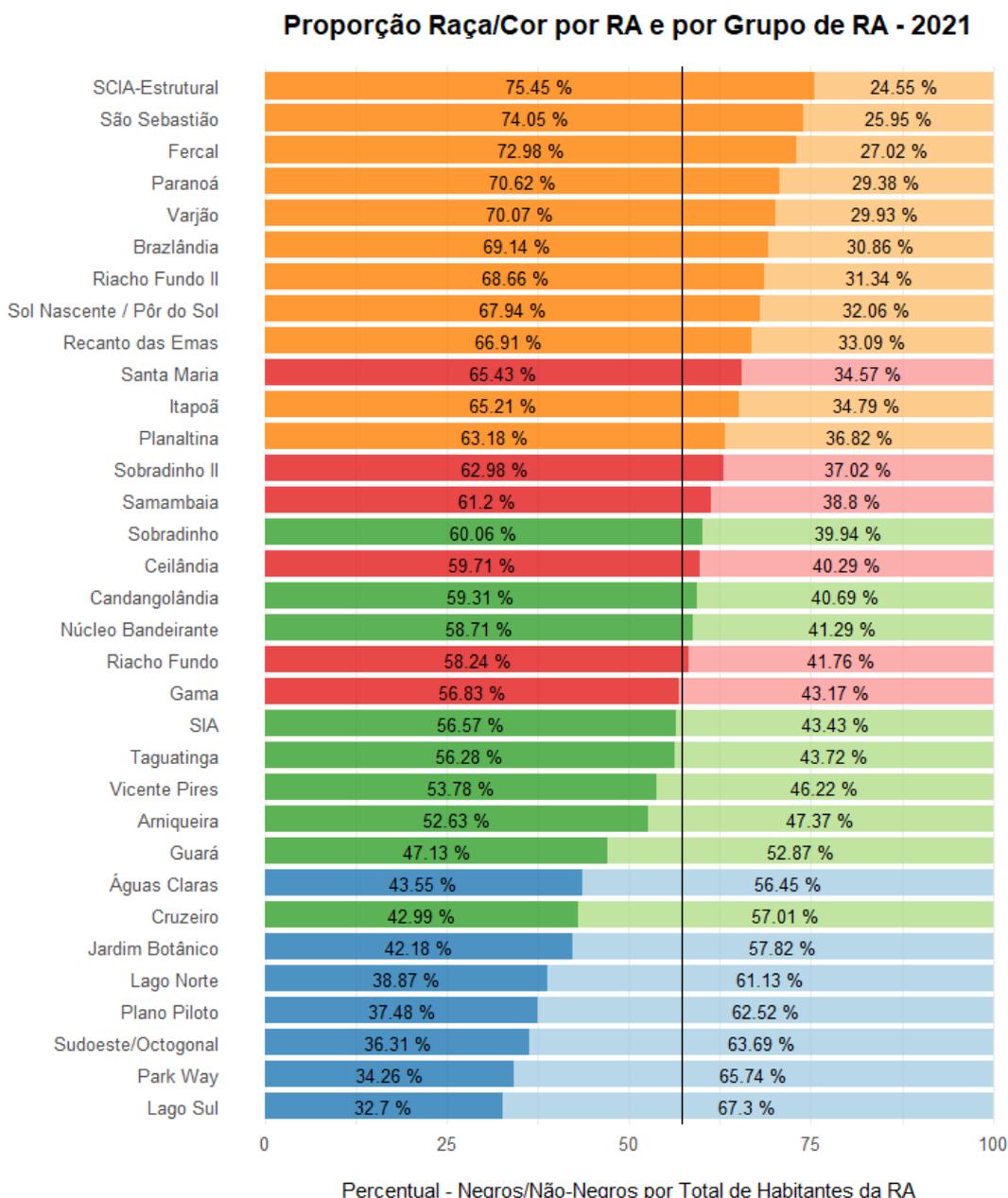
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.1.2. Por Região Administrativa - Estrutural e Lago Sul, menor e maior proporção de negros no Distrito Federal

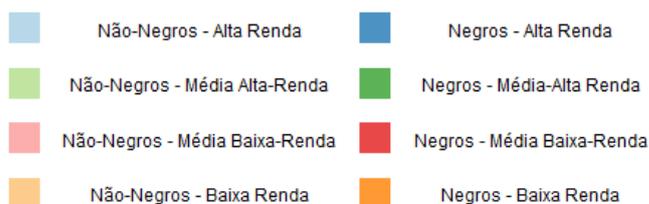
3.1.2.1. Proporções de pessoas negras intragrupos de Regiões Administrativas

As Regiões Administrativas com rendas mais elevadas têm uma distribuição racial bem abaixo da média do Distrito Federal. O Lago Sul tem a menor presença de negros de todo o DF (32,7%), seguido de Park Way, Sudoeste/Octogonal, Plano Piloto e Lago Norte. A maior presença de negros, por sua vez, está na região SCIA-Estrutural com o percentual de 75,45% de negros, seguida por São Sebastião, Fercal, Paranoá e Varjão. Na comparação com 2018, se verifica que não houve distinção de RA com a menor presença de pessoas negras, mantendo-se o Lago Sul, enquanto a Fercal apresentava a maior proporção de negros no Distrito Federal naquele ano.

Gráfico 3 - Proporção de Grupo de Raça/Cor por Região Administrativa



Linha de Intercepto na Distribuição Total no DF (57,34%)



Fonte: PDAD 2021 - CODEPLAN/DF

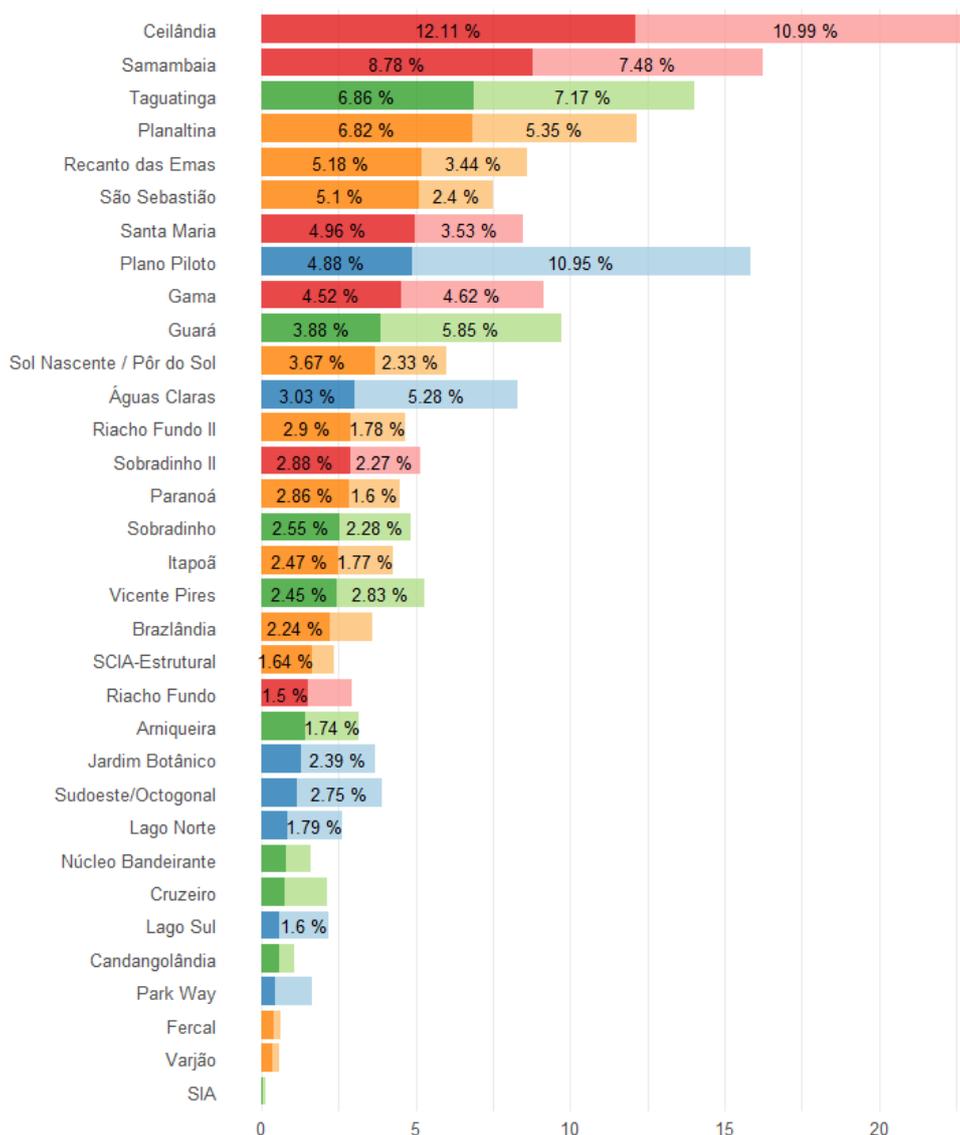
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.1.2.2. Distribuição de negros pelo território do Distrito Federal

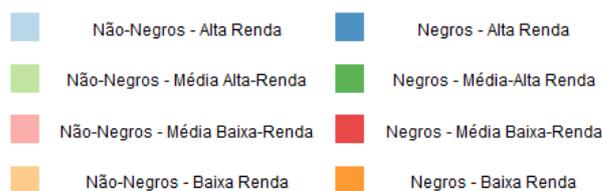
Em termos absolutos, a maior concentração da população negra está localizada na conurbação de Ceilândia, Samambaia e Taguatinga, seguido por Planaltina e Recanto das Emas.

Gráfico 4 - Distribuição absoluta de grupo de raça/cor por Região Administrativa

Proporção Raça/Cor por RA e por Grupo de RA - 2021 - Volume



Percentual - Negros/Não-Negros por Total de Habitantes da RA



Fonte: PDAD 2021 - CODEPLAN/DF

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

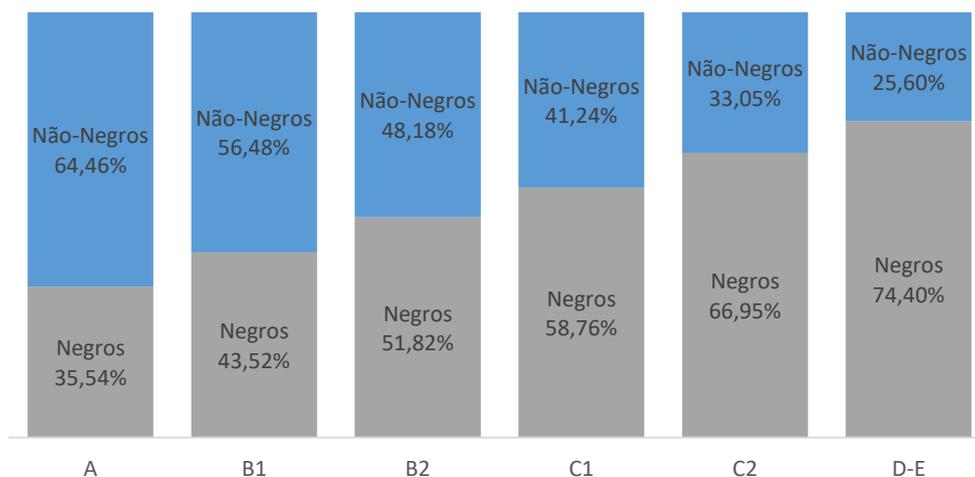
Essa distribuição acompanha parcialmente a distribuição populacional do Distrito Federal, tendo em vista que as cinco primeiras RAs, em termos de população absoluta são: Ceilândia, Samambaia, Plano Piloto, Taguatinga e Planaltina. Em contraponto, o Plano Piloto não mantém a simetria e se observa a presença do Recanto das Emas em 5º lugar na distribuição da população negra entre as regiões do Distrito Federal e 9º lugar quanto a proporção de pessoas negras dentro da Região Administrativa.

3.1.3. Por Critério Brasil - A população negra é a maioria na Classe D-E

O Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB)¹⁴ agrupa a população em estratos socioeconômicos. Esse instrumento de medição é mais abrangente pois utiliza sistema de pontos domiciliar. Ele considera a presença e quantidade de bens duráveis, o grau de instrução escolar do chefe da família, além do acesso a serviços públicos como água encanada e pavimentação da via pública. Análises da composição socioeconômica domiciliar dentro do território podem ser úteis à consecução de políticas públicas regionalmente localizadas.

No Distrito Federal, as maiores proporções de pessoas negras estão em estratos socioeconômicos mais baixos. Cerca de três quartos das pessoas na Classe D-E são negras. Em contraposição, a Classe A é composta por 35,54% de pessoas negras. O Gráfico 5 apresenta as proporções de negros e não-negros por estrato socioeconômico.

Gráfico 5 - Raça/Cor por Critério Brasil



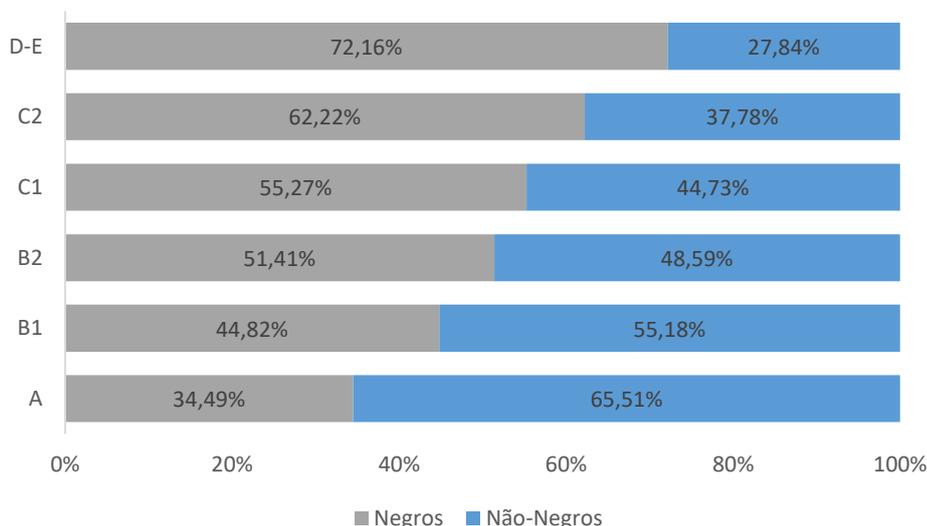
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

O Plano Piloto apresenta distribuição de domicílios classificados da Classe A até a C2, além de ter menor distribuição de negros em qualquer classe econômica. O Lago Sul tem condição socioeconômica mais homogênea, isto é, apresenta domicílios das Classes A, B1 e B2, sem a presença das demais. Por outro lado, a população de Vicente Pires se distribui entre todas as classes do Critério Brasil, e a presença de negros é a maior nas faixas mais

¹⁴ Em análise comparativa a partir de cinco classificadores, verificou-se que o CCEB “mostrou que a melhor performance correspondeu ao classificador de verossimilhança condicional, seguido pelo bayesiano adaptável, simplificado, ABEP antigo e SAE”. Ao que concluem os autores “Por meio dos classificadores ABEP de verossimilhança condicional e bayesiano adaptável, é possível utilizar uma importante inovação: considerar, na classificação de um domicílio, diferenças regionais, de localização e da composição das famílias brasileiras.” (KAMAKURA; MAZZON, 2016). Para um detalhamento das variáveis, verificar a Nota Técnica mais recente (junho/2021). Disponível em: https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2021.pdf.

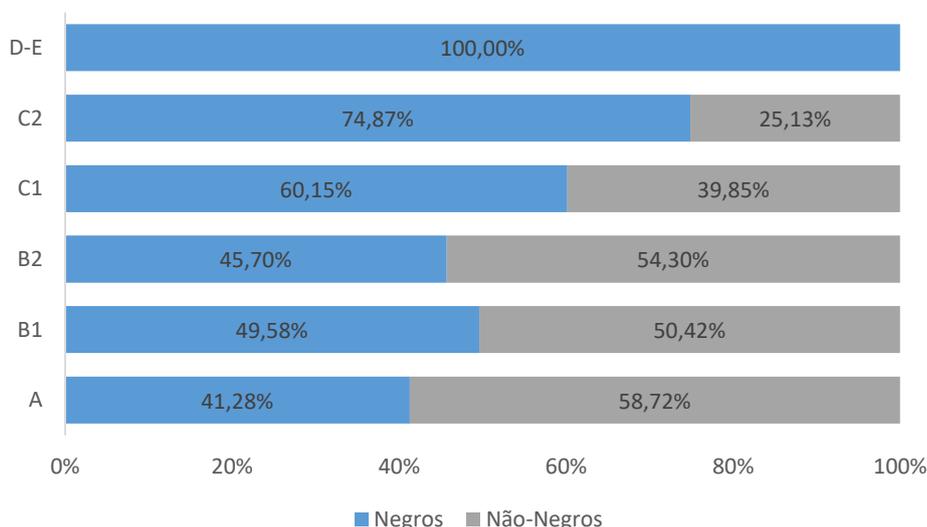
baixas do que nas faixas mais altas, o que demonstra a distribuição racial socioeconômica dentro de cada RA (Gráfico 6). Arniqueira é outro importante exemplo em que há pessoas nos seis estratos do Critério Brasil e a população negra é maioria somente nas mais baixas (C1, C2 e D-E) enquanto, nas faixas mais altas, a maioria é composta por não-negros (A, B1 e B2) (Gráfico 7).

Gráfico 6 - Critério Brasil por Grupo de Raça/Cor para Vicente Pires



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Gráfico 7 - Critério Brasil por Grupo de Raça/Cor para Arniqueira



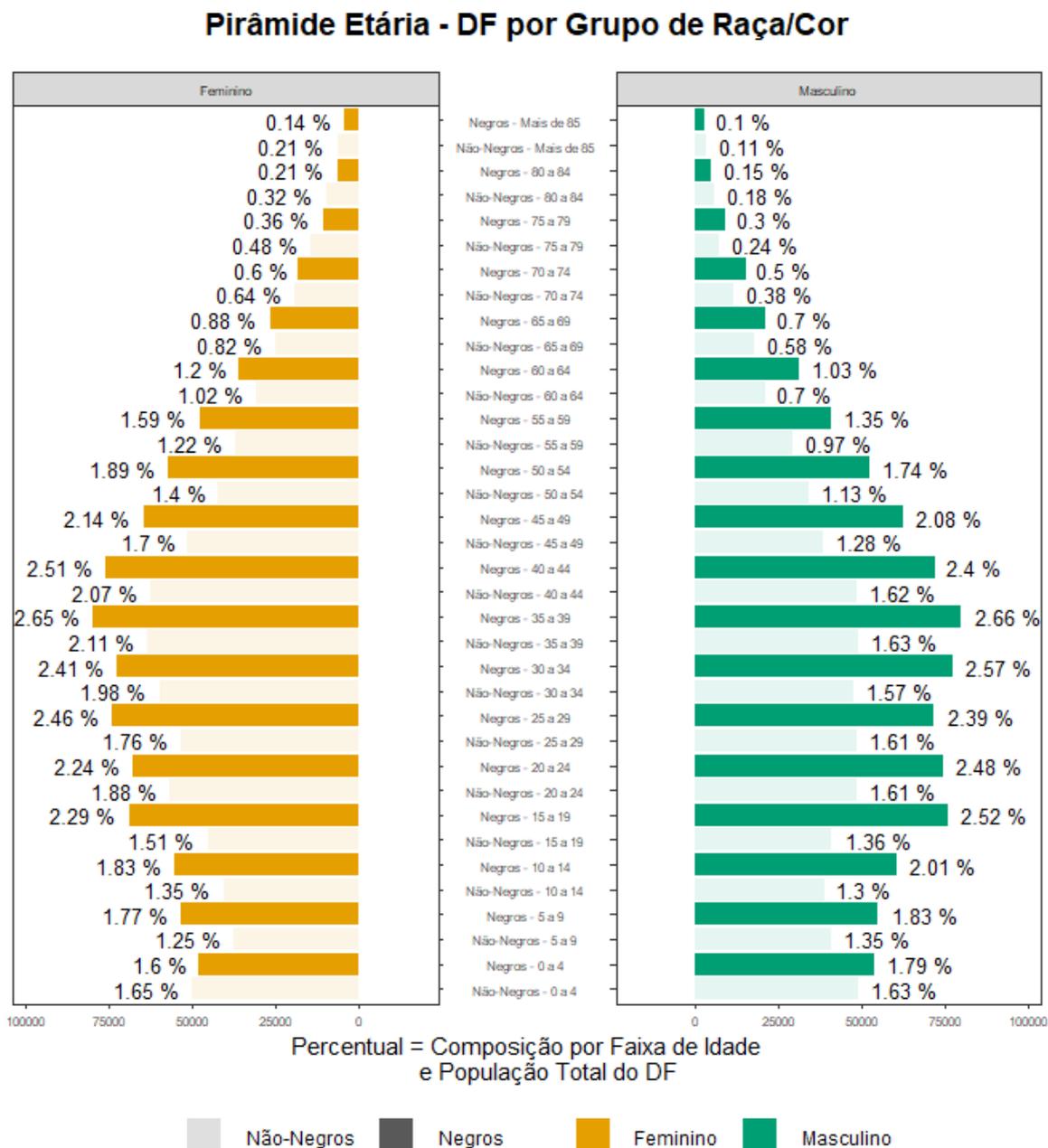
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.1.4. Por faixa etária - Pirâmide Etária

A maior quantidade de pessoas se concentra na faixa de idade entre 35 a 39 anos. O DF tem a maior parte da população geral composta por mulheres negras (29,2%), seguido de homens negros (29,1%), mulheres não-negras (23,24%) e homens não-negros (17,9%). Na faixa etária inicial (0 a 4 anos), a composição é quase paritária em todas as composições de

gênero e raça/cor. Na última faixa etária (85 anos ou mais), a distribuição é de 38% de mulheres negras, seguido de 25,3% de homens negros, 18,5% de mulheres não-negras e 17,3% de homens não-negros.

Gráfico 8 - Pirâmide Etária por Grupo Raça/Cor



Fonte: PDAD 2021

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.1.5. População LGBTQIA+

As informações de identidade de gênero e orientação sexual são inovações na PDAD 2021. A população LGBTQIA+ é de cerca de 87.920 pessoas, 3,8% da população, tal que 54,25% são negros e 45,75% não-negros, um percentual também muito próximo ao percentual geral. O grupo de pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais e

outros corresponde a cerca 68.429 indivíduos, ou seja, cerca de 3% da população. A distribuição de raça/cor é quase igualitária com percentual de 52% negros e 48% não-negros.

Voltar o olhar da análise para a população LGBTQIA+ considerando também a questão racial é pertinente, pois permite perceber as diferenças internas dessa população. Diversos relatos e indicativos sobre a questão podem ser encontrados, por exemplo, no dossiê “Qual a cor do invisível?” do *Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos* do qual se extrai:

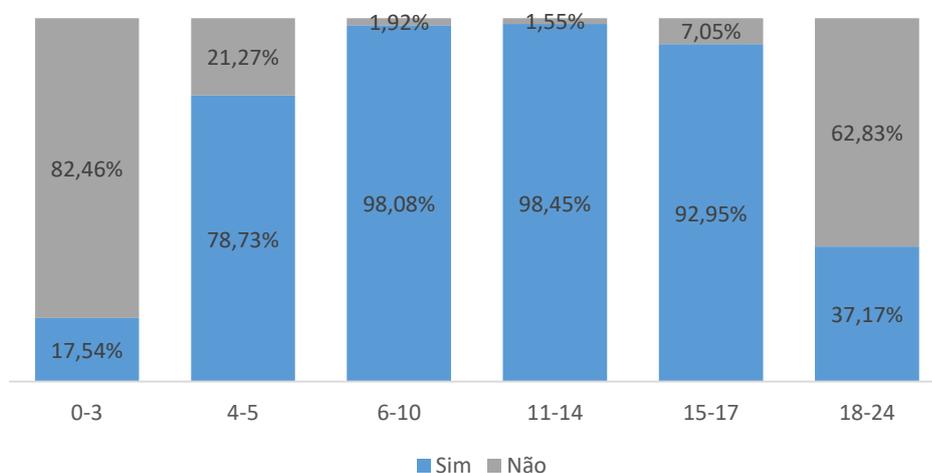
A interseccionalidade precisa ser internalizada em todas as suas dimensões pelos movimentos LGBTI e negro. Pensar em branquitude e em cisgeneridade possibilita compreender alguns dos silêncios do movimento LGBTI diante das desigualdades que afetam as vidas mais vulneráveis dessa população, demonstrando o quanto a ideologia do branqueamento, ao estabelecer os valores e as urgências dos brancos como os únicos valores, norteia também o movimento LGBTI e define quais serão as bandeiras defendidas e quais serão deixadas de lado. (PORTO, 2020)

3.2. Escolaridade

3.2.1. População que frequenta escola - A população negra é maioria em instituições públicas até os 24 anos

As taxas de frequência da população jovem (até os 24 anos) à escola¹⁵ altas (98%) nas idades de 6 a 14 anos, caindo para cerca de 93% na idade escolar referente ao Ensino Médio, 15 aos 17 anos. A taxa de frequência cai para 37% após os 17 anos.

Gráfico 9 - Distribuição da população até 24 anos por frequência escolar e faixa etária

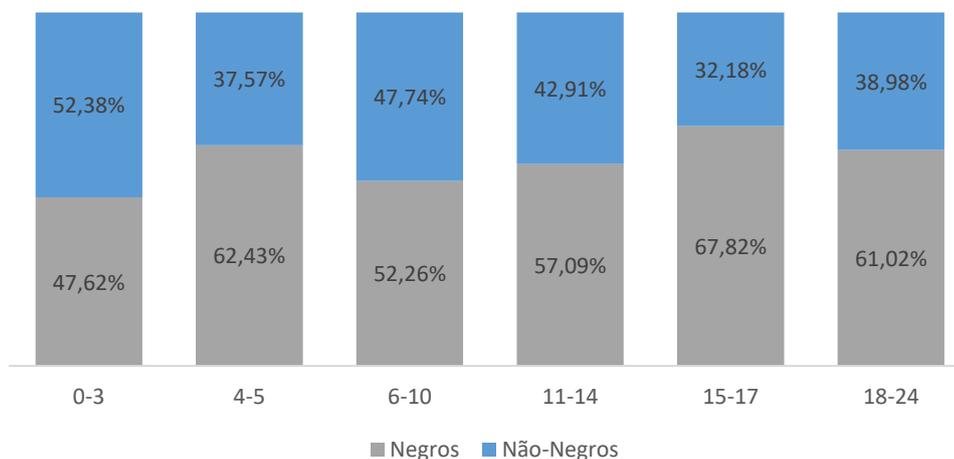


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

¹⁵ Optou-se pela não utilização do termo “taxa de matrícula” em atenção à questão da repetência escolar. Vem sendo utilizado, desde a década de 80, o Modelo Profluxo, conforme explica Golgher: “Antes da década de 80, acreditava-se que o principal problema do sistema de ensino brasileiro eram as altas taxas de evasão. Nos anos 80, com o uso do modelo matemático Profluxo, verificou-se que o maior problema nas escolas do país eram, na verdade, as altas taxas de repetência. Esse método de análise permitiu estimar vários índices sobre a performance do sistema educacional utilizando as bases de dados demográficos, que, em geral, apresentam menos erros do que as estatísticas educacionais oficiais (os Censos Escolares)” (GOLGHER, 2004, p. 159)

Ainda que seja baixo o número de pessoas de 6 a 17 anos que não frequentam a escola na população geral, a população negra representa o maior grupo fora da escola em quase todas as faixas etárias (com exceção da idade pré-escolar).

Gráfico 10 - Distribuição da população até 24 anos que não frequenta a escola por grupo raça/cor e faixa etária



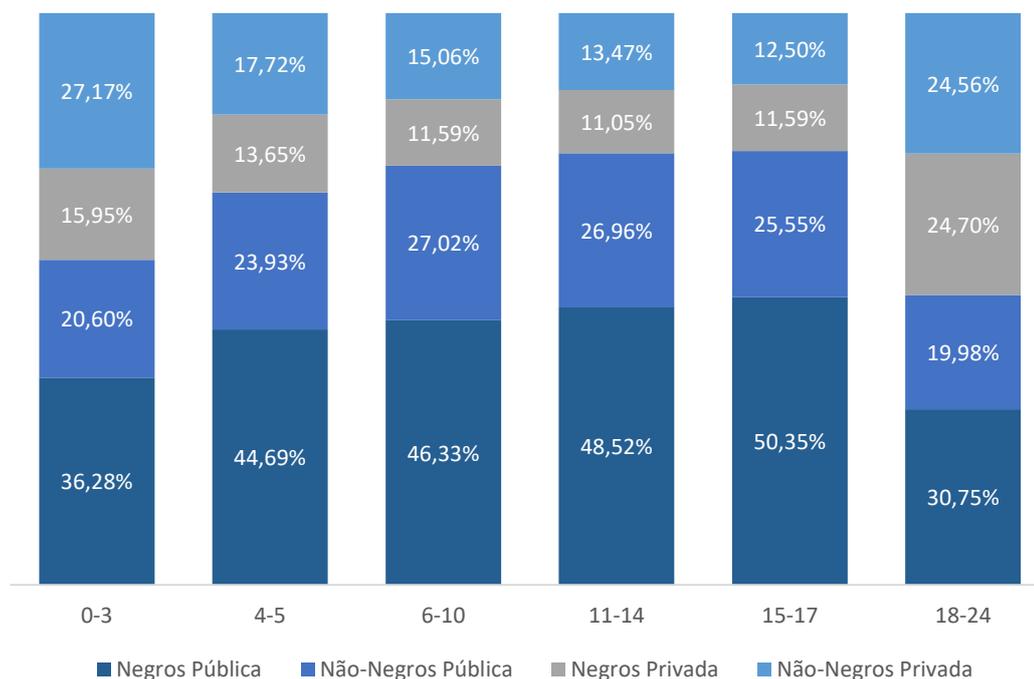
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Cerca de 7% das pessoas de 15 a 17 anos não frequentam a escola (população geral). Nesse grupo, a proporção de negros é de 68%. Isso indica uma possível entrada precoce no mundo do trabalho, além de um possível *trade-off* também entre escola e cuidados domésticos, especialmente, no caso feminino. Uma análise do contexto educacional no período de 1976 a 2004 indica a presença de semelhante fenômeno, conforme conclusão dos autores:

Neste trabalho foi detectado ainda que a evasão escolar nas idades mais avançadas é maior entre homens e negros/pardos, em oposição a mulheres e brancos, respectivamente. Uma das hipóteses levantadas é de que o homem está mais exposto que a mulher ao *trade-off* entre emprego e escola durante a juventude, visto que os homens tradicionalmente estão mais ligados à imagem de provedor da família. Quanto aos pretos e pardos, uma explicação para maior evasão escolar pode ser o *trade-off* entre trabalho e escola, que se pode argumentar ser mais forte neste grupo, visto que estes constituem maior parcela dos mais pobres no Brasil (HENRIQUES, 2001, apud MIRANDA; MARTELETO, 2006)

No Distrito Federal, 74,7% dos jovens entre 6 e 17 anos estão matriculados em instituições públicas. A população negra é a maioria absoluta em instituições públicas até os 17 anos, com uma queda acentuada dessa proporção no período universitário, mas, ainda assim, ocupando instituições públicas em maior proporção.

Gráfico 11 - Distribuição da população por instituição pública/privada por raça/cor, 2021

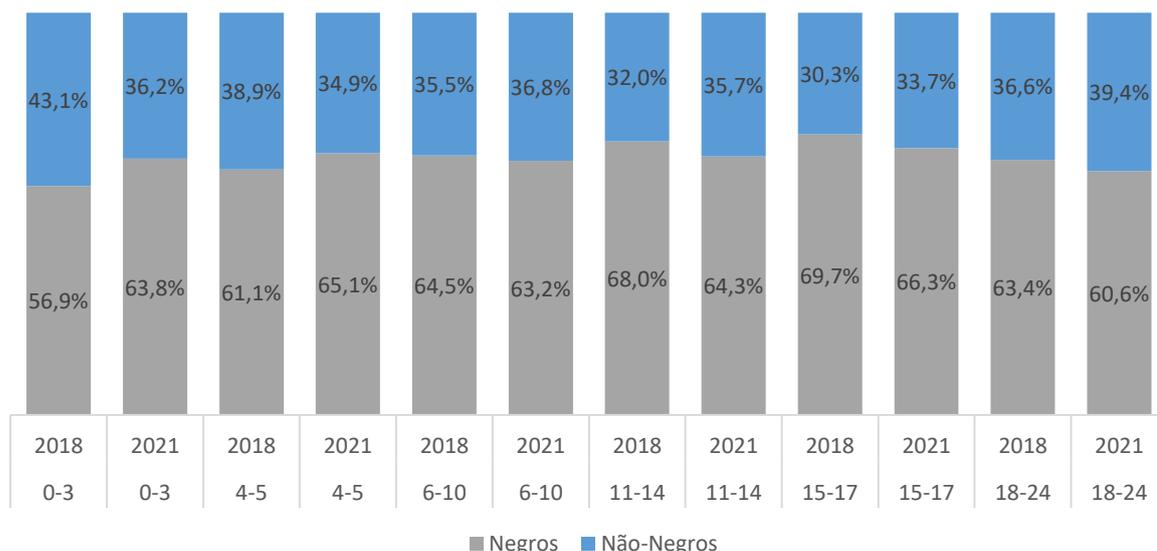


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

A população negra representa cerca 64% da população entre 6 e 17 anos em instituições públicas (Gráfico 12). Já em instituições privadas, esse percentual cai para 45,4% dos estudantes matriculados (Gráfico 13). A proporção se mantém também na idade escolar universitária. Contudo, a participação de negros na faixa etária de 18 a 24 anos em instituições públicas caiu de 63,4% em 2018 para 60,6%, o que pode indicar, ainda que de forma marginal, o impacto da pandemia de COVID-19 na entrada no ensino superior. Ademais, conforme Gráfico 12, houve diminuição de negros nas faixas etárias de 11 a 17 anos, o que sinaliza ser uma população mais afetada quanto à frequência escolar para aqueles que estão em instituição pública.

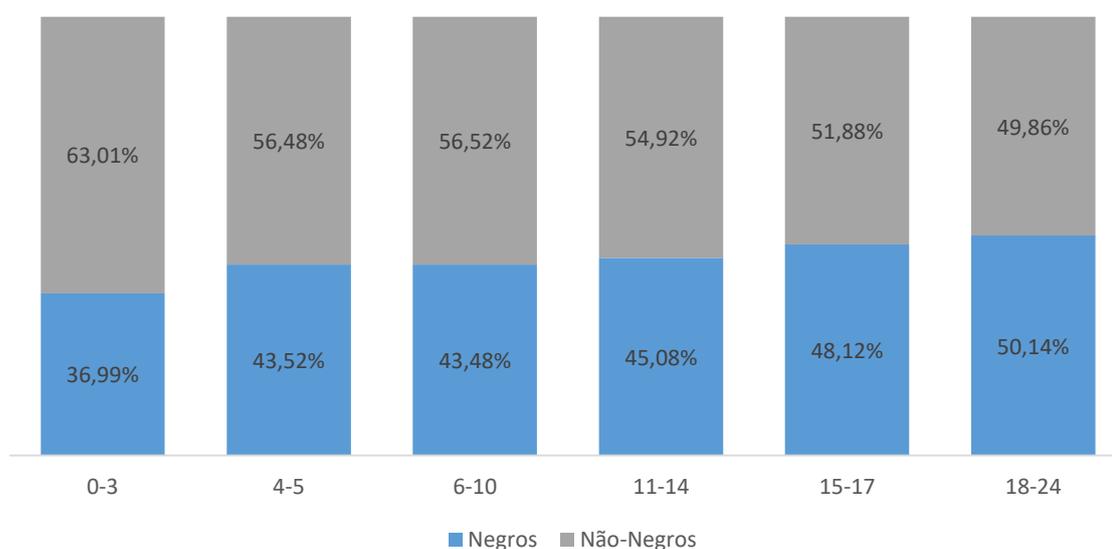
A distribuição da população que frequenta instituição privada passa a impressão de uma distribuição étnica/racial menos desigual entre as escolas privadas. Entretanto, é necessária uma leitura cautelosa desses dados, tendo em vista que estudos mais aprofundados verificam uma discrepância na distribuição racial, especialmente, ao considerar escolas com altas médias de notas no ENEM. A escola privada com maior nota no Distrito Federal tem percentual de 6% de pessoas negras e a décima escola com maior nota possui alcança 36% (CAMPOS, 2021).

Gráfico 12 - Distribuição da população até 24 anos que frequenta instituições públicas por idade, grupo raça/cor e ano, 2018 e 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Gráfico 13 - Distribuição da população até 24 anos que frequenta instituições privadas por idade e por grupo raça/cor, 2021



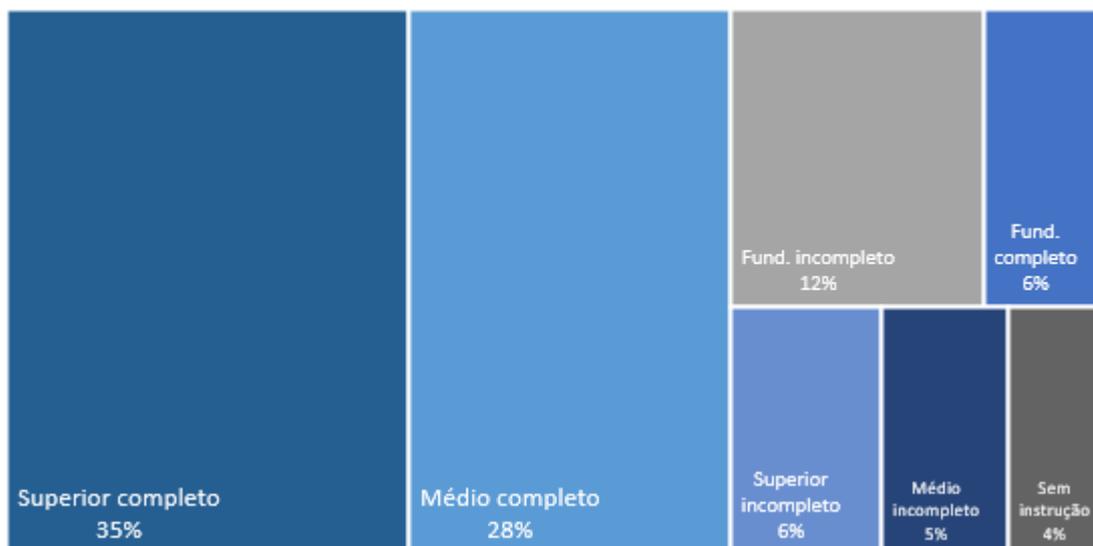
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.2.2. População com 25 anos ou mais - Mulheres negras têm a menor taxa de nível de escolaridade superior

No geral, a população do Distrito Federal tem alta escolaridade - cerca de 35% da população tem nível superior completo (a nível nacional essa taxa é de 17,4%)¹⁶ e cerca de 28% têm o médio completo. Além disso, a proporção de indivíduos sem qualquer instrução é de somente 4% (contra 6,4% a nível nacional).

¹⁶ Conforme dados da PNADc 2019 – IBGE.

Gráfico 14 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais



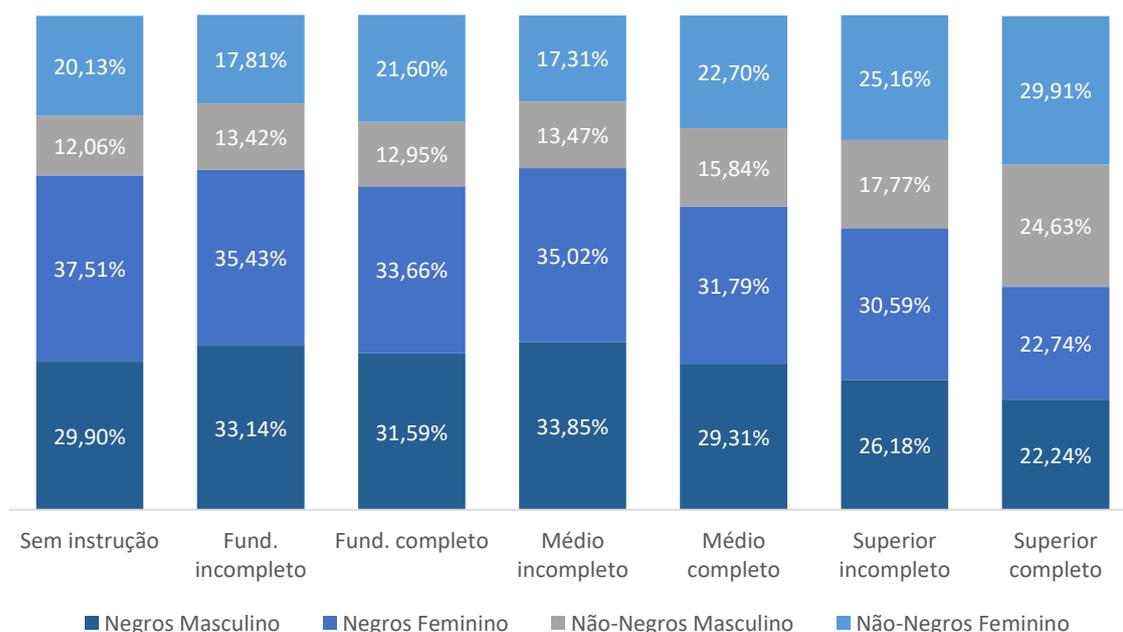
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota: Retirada a parcela da população que não informou o nível de escolaridade (4%).

A composição dos grupos de escolaridade por agrupamentos de raça/cor e gênero indica nítida diferenciação (Gráfico 15). Homens não-negros representam cerca de 15,84% da população no ensino médio, e 24,63% no superior completo, ficando atrás somente de mulheres não-negras, que representam cerca de 30% do grupo com superior completo. Ainda nesse sentido, a participação de mulheres negras cai de 31,79% para 22,74%, respectivamente, nas faixas de ensino médio completo e de ensino superior completo, cerca de 9 pontos percentuais na composição.

Gráfico 15 - Distribuição da população com 25 anos ou mais por escolaridade, grupo de raça/cor e gênero

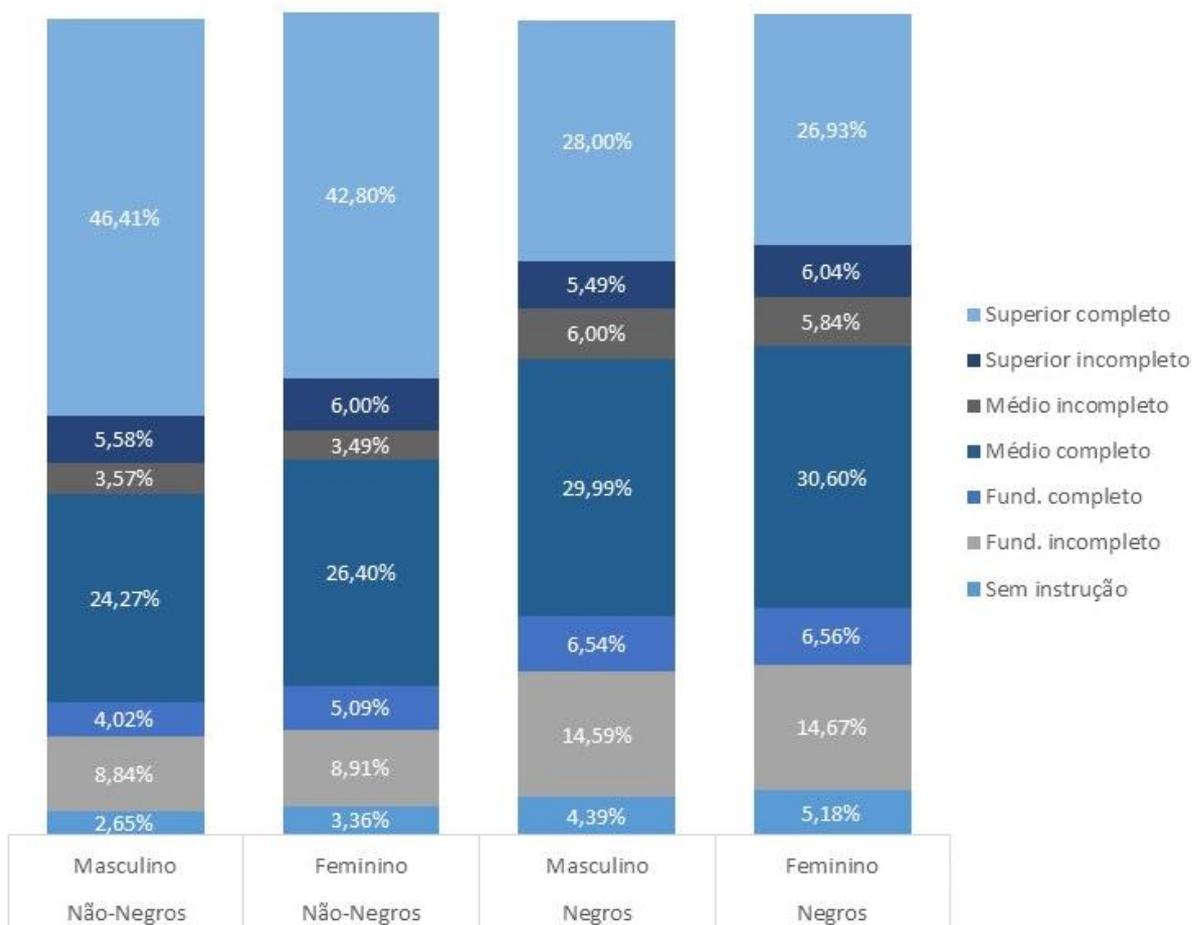


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

O olhar atento à composição dos agrupamentos de raça/cor e gênero por nível de escolaridade nota a discrepância de forma mais acentuada (Gráfico 16). O percentual de homens não-negros com nível superior é o maior (46,41%), enquanto o menor percentual é de mulheres negras (26,93%). Por outro lado, na faixa “sem instrução”, o maior percentual é de mulheres negras (5,18%) contra cerca de metade para homens não-negros (2,65%). Essa diferença hierárquica é histórica, mas vem diminuindo conforme se verifica em um estudo comparativo entre a situação de 1986 a 2015 (SOUZA SILVEIRA; SIQUEIRA LEÃO, 2020).

Gráfico 16 - Distribuição da população de 25 anos ou mais agrupada por raça/cor e gênero por nível de escolaridade



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

A maior concentração de pessoas com nível superior completo é o Plano Piloto. Tendo em vista a maior concentração da população do DF em Ceilândia, por consequência, a maior parte da composição dos outros níveis de escolaridade fica naquela RA. Ademais, cerca de 25,4% do grupo sem instrução também está na Ceilândia. Isso informa também que as barreiras/dificuldades de acesso à educação superior devem ser analisadas, pelo menos, pela associação entre três variáveis: raça/cor, gênero e classe social; não necessariamente uma soma das três dimensões, mas os efeitos distintos que cada atributo/condição pode exercer no resultado final (FERRARO, 2010).

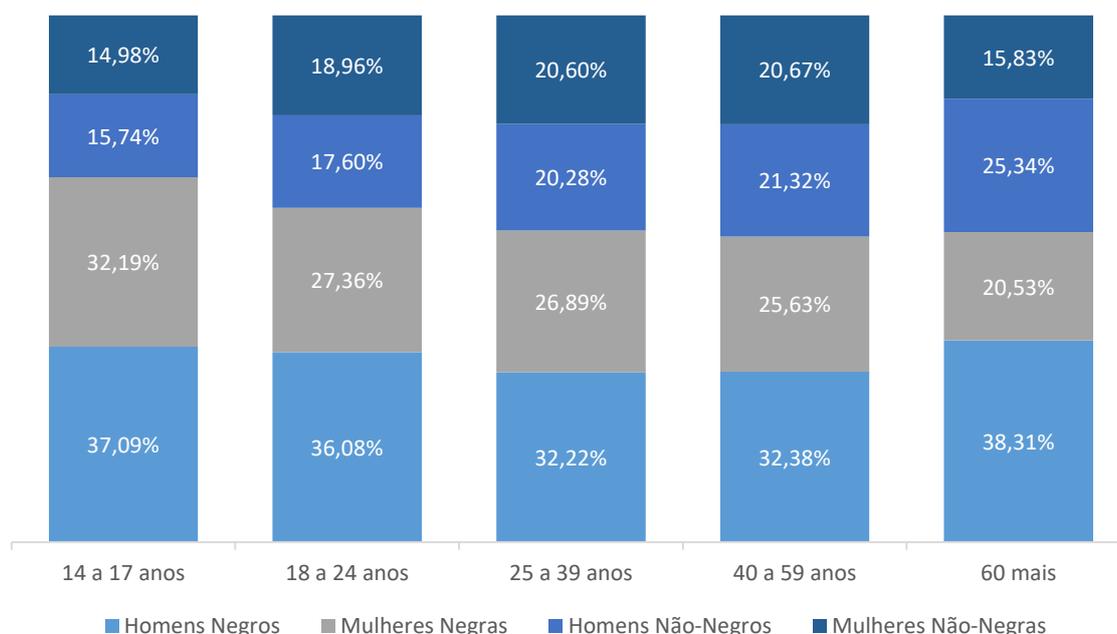
3.3. Mercado de trabalho

3.3.1. Panorama geral - A população negra tem uma entrada mais precoce no mercado de trabalho

A **população em idade ativa (PIA)** é a soma de todos os residentes do DF acima dos 14 anos. O número absoluto da PIA no DF é de cerca de 2,47 milhões. Observa-se a presença de 57,8% de negros e 42,2% de não-negros a partir desse recorte (Apêndice D - Tabela 14).

A **população economicamente ativa (PEA)** verifica a disponibilidade atual para dispor da força de trabalho. Isto é, inclui tanto a parcela de pessoas ocupadas nos últimos trinta (30) dias como a parcela de pessoas desocupadas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias e, neste estudo, inclui também pessoas desocupadas com disponibilidade atual de trabalhar e com procura de trabalho nos últimos 12 meses. Os homens negros compõem a maior parte da PEA em desagregações por faixa etária ou grau de instrução, com exceção do grau de instrução “superior completo”, composta, em maior parte, por mulheres não-negras.

Gráfico 17 - Composição da PEA por faixas etárias e raça/cor e gênero



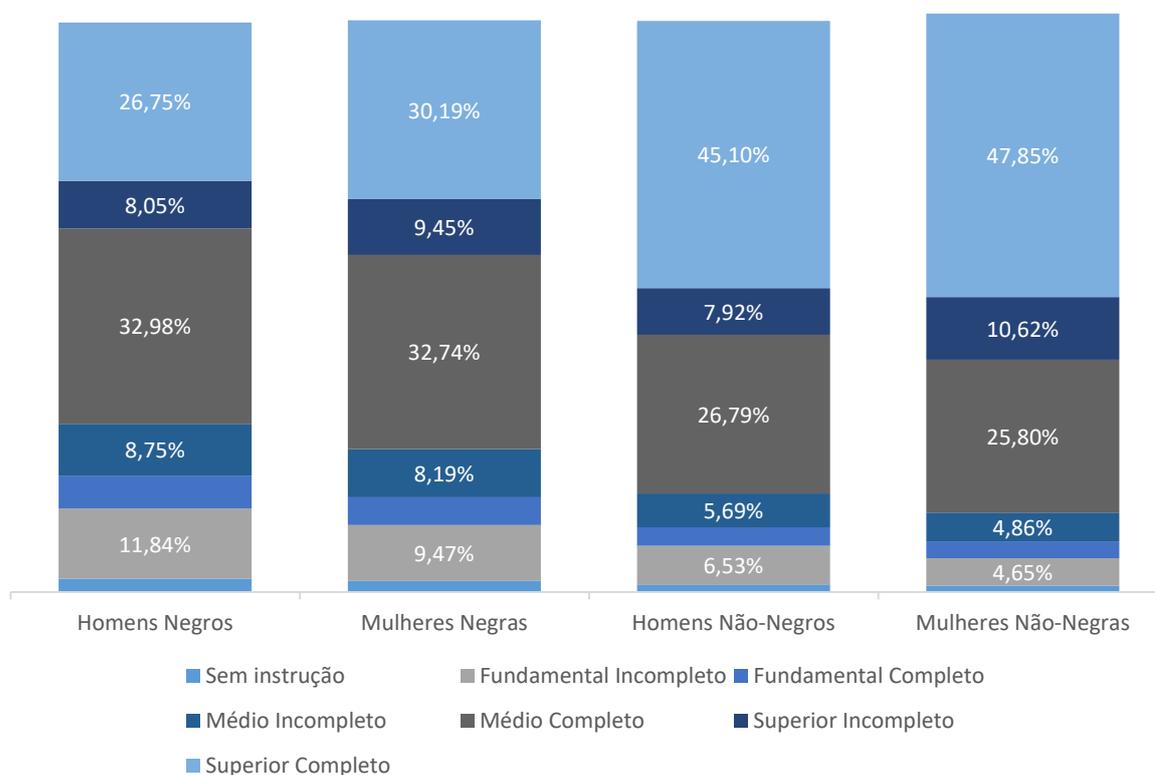
Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

O grau de instrução marca uma importante distinção entre as populações negra e não negra. A população negra tem maior concentração no grau de instrução de médio completo enquanto, na população não-negra, quase metade tem grau de instrução de superior completo. O Gráfico 18 indica um distanciamento no acesso à educação superior por parte de pessoas negras, especialmente, de homens negros. Eles têm a menor proporção na composição desse critério (24,81%) apesar de comporem cerca de 33% da população economicamente ativa.

Há uma entrada precoce da população negra no mercado de trabalho, o que corrobora o indicativo dado na análise sobre frequência escolar. A proporção de homens e mulheres negras na composição da faixa dos 14 a 17 anos é mais que o dobro do que a população não-

negra, o que indica a entrada precoce no mercado de trabalho para indivíduos negros.¹⁷ Essa situação é histórica não só a nível regional como também a nível nacional, no qual a literatura indica que “os negros ingressam mais cedo no mercado de trabalho e nele permanecem por mais tempo, como demonstram as altas taxas de participação dos jovens e das pessoas com mais de 40 anos.” (DIEESE, 1999, p. 158).

Gráfico 18 - Composição da PEA por raça/cor e gênero e escolaridade

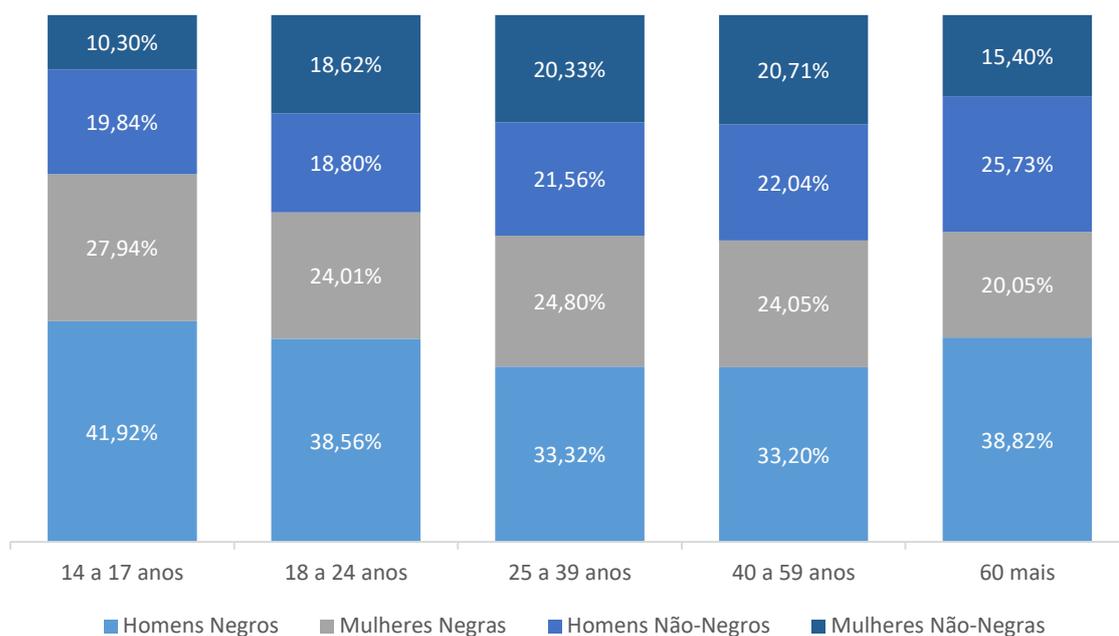


Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

A **população ocupada** corresponde aos indivíduos que, nos trinta dias anteriores ao da entrevista, possuíam trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho. Cerca de 42% dos trabalhadores de 14 a 17 anos no Distrito Federal são homens negros. Essa proporção se mantém alta na faixa etária entre 18 e 24 anos, na qual há 39% de homens negros e, em termos absolutos, significa quase o dobro de homens não-negros. A entrada precoce no mercado de trabalho por parte da população negra também é observada entre ocupados. Além disso, a maior empregabilidade entre mulheres se dá no nível escolar superior, o que indica uma entrada mais dificultosa de mulheres no mercado de trabalho.

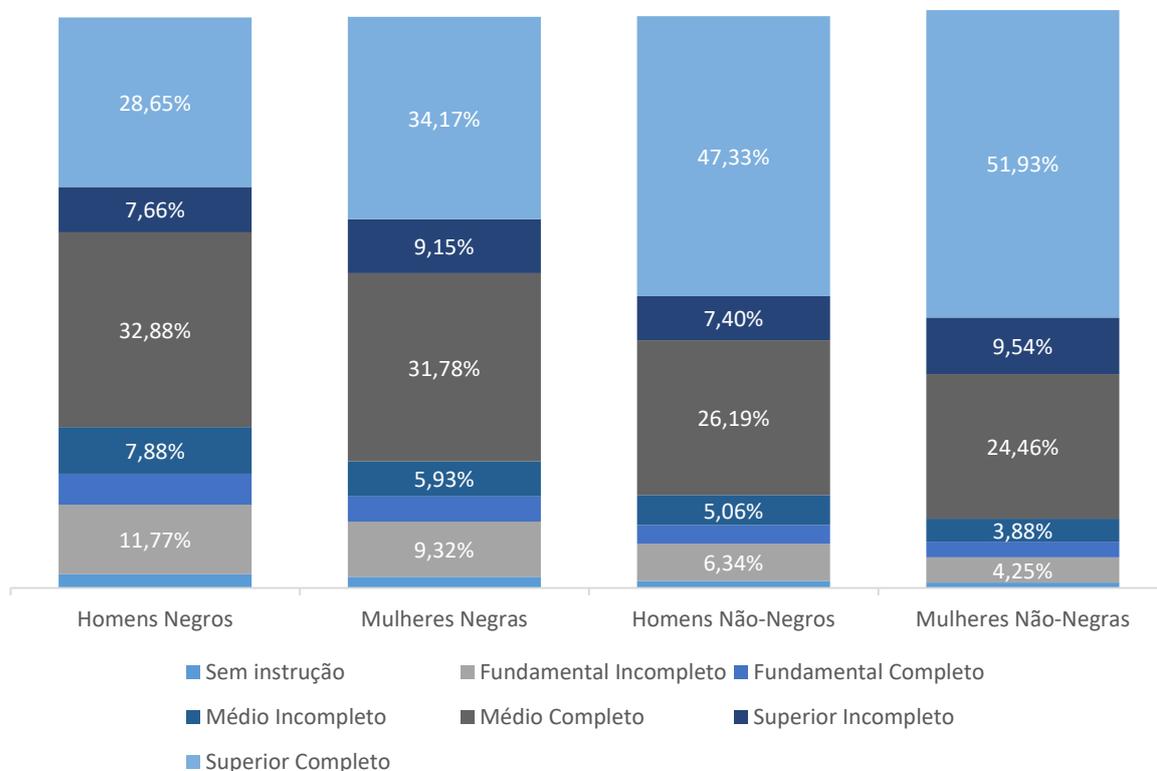
¹⁷ A PEA é a segunda evidência para essa afirmação; a primeira indicação foi apresentada na seção sobre frequência escolar.

Gráfico 19 - Composição de ocupados por faixas etárias e raça/cor e gênero



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Gráfico 20 - Composição de ocupados por raça/cor e gênero e escolaridade



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.3.2. Taxa de participação - Alta participação dos negros no mercado de trabalho

A **taxa de participação** consiste na proporção entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa. A taxa de participação no Distrito Federal em 2021 foi de 60,11%,¹⁸ ou seja, cerca de 6 a cada 10 pessoas estão no mercado de trabalho, seja no exercício efetivo ou em busca da atividade remunerada.

A taxa de participação de homens negros é superior à média do Distrito Federal em qualquer desagregação por faixa etária ou escolaridade. Mulheres negras na faixa dos 14 a 17 anos apresentam também uma taxa de participação superior à média. A faixa etária na qual há maior participação de todos os gêneros e os dois grupos raciais é a de 25 a 39 anos (88% de homens negros e não-negros e mais de 70% de mulheres negras e não-negras). Pelo critério de escolaridade, a maior taxa de participação para indivíduos com ensino superior é a do grupo de homens negros.

A entrada precoce no mercado de trabalho por parte da população negra é sinalizada mais uma vez. A taxa de participação é de 13,52% entre os adolescentes negros de 14 a 17 anos enquanto, a de homens não-negros, é de 10,85%. É possível observar que a saída do mercado de trabalho é também mais demorada para população negra. A taxa de participação de pessoas com 60 anos ou mais é de 23,7% entre homens negros, quase quatro pontos percentuais a mais que aquela de homens não-negros. Na comparabilidade entre mulheres com mesma faixa etária, o percentual é quase três pontos percentuais maior para mulheres negras.

Tabela 2 - Taxa de participação por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução

Taxa de Participação (PEA/PIA)	Média DF	Negros		Não-Negros	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	60,11%	69,74%	54,01%	66,42%	51,09%
Idade					
14 a 17 anos	11,83%	13,52%	12,68%	10,85%	8,71%
18 a 24 anos	58,22%	67,75%	57,00%	53,25%	50,61%
25 a 39 anos	80,93%	88,56%	74,49%	88,48%	73,17%
40 a 59 anos	71,87%	83,43%	61,34%	82,87%	62,99%
60 mais	14,53%	23,73%	10,44%	19,99%	7,78%
Grau de Instrução					
Sem instrução	29,49%	41,56%	23,21%	35,77%	18,19%
Fundamental Incompleto	38,75%	50,71%	33,14%	42,26%	23,44%
Fundamental Completo	50,78%	65,89%	44,68%	57,83%	32,18%
Médio Incompleto	43,96%	54,06%	40,50%	44,23%	32,05%
Médio Completo	67,66%	81,65%	61,10%	75,68%	52,33%
Superior Incompleto	62,15%	74,61%	59,86%	57,38%	56,49%
Superior Completo	74,83%	83,12%	72,69%	78,34%	67,40%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Leia-se: A taxa de participação para os homens negros na faixa dos 14 a 17 anos é de 13,52%.

Acima da Taxa Média do Distrito Federal.

¹⁸ Essa taxa se mantém sem maiores alterações desde 1999. Naquele ano, a taxa de participação foi de 61,8%, tendo sido distribuição de 71,2% de homens negros, 70% de homens não-negros, 55,1% de mulheres negras e 52,8% de mulheres não-negras (DIEESE, 1999, p. 98). Em 2019, houve a seguinte distribuição: 74,9% de homens negros, 70,2% de homens não-negros, 62,4% de mulheres negras e 56,3% de mulheres não-negras (DIEESE, 2019). As duas pesquisas apresentadas têm metodologias distintas, e servem para indicar a conclusão desta seção: é alta a taxa de participação de homens negros no mercado de trabalho.

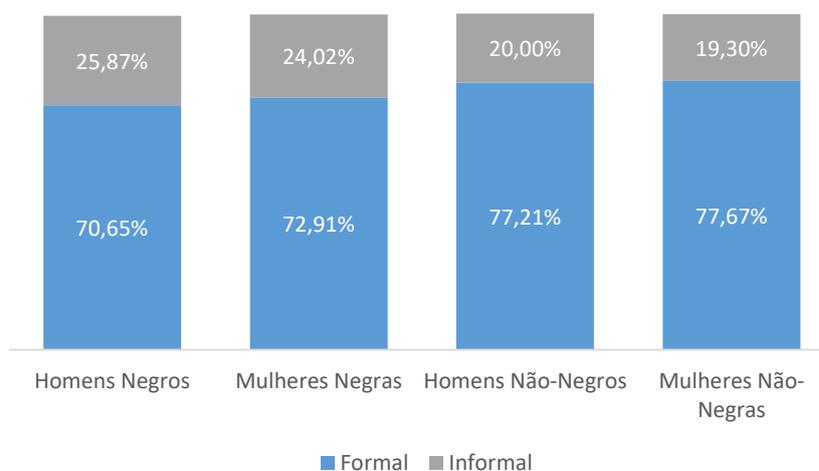
3.3.3. Formalidade - Trabalhadores negros são maioria no setor informal

A formalização no mercado de trabalho¹⁹ indica a salvaguarda de uma série de direitos trabalhistas, com especial destaque ao acesso de garantias do sistema da previdência e da seguridade social. O setor informal é composto, em sua maioria, de homens negros, isto é, cerca de 38%, número superior à proporção que pessoas negras representam na composição no setor formal (cerca de 32%).

A taxa de informalidade no Distrito Federal é de 22,83% e as taxas de informalidade da população negra estão acima da média, sendo a maior taxa de 25,87% entre homens negros e 24,02% entre mulheres negras. Esses números seguem o que se apresenta no cenário nacional quanto à inserção de homens e mulheres negras no mercado informal²⁰ quando se analisam as condições conjuntas de qualificação e localidades com renda média semelhantes, conforme pesquisa realizada a partir da PNAD 2015:

Os resultados demonstraram a existência da referida desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro, apontando menor probabilidade dos indivíduos de cor negra estarem inseridos no mercado de trabalho formal em comparação a indivíduos de cor branca, mesmo quando esses dois grupos possuem a mesma qualificação ou estão inseridos em uma localidade com a mesma renda média. Considerando as mulheres de cor negra, a inserção no mercado de trabalho formal foi ainda menor, caracterizando dupla desigualdade, racial e de gênero (SILVA; FARIA; TEIXEIRA, 2021)

Gráfico 21 - Composição de ocupados por raça/cor e gênero e formalidade, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

¹⁹ O conceito de formalidade aqui utilizado é medido por meio da variável “posição na ocupação” a partir das seguintes categorias: i) Empregado no setor público; ii) Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar; iii) Empregado no setor privado (Exceto Empregado Doméstico) com carteira de trabalho; iv) Empregado Doméstico com carteira de trabalho; v) Religioso remunerado (padre, pastor e outros) com carteira de trabalho; vi) Sócio de Cooperativa com CNPJ; vii) Conta Própria ou Autônomo com CNPJ; viii) Empregador com CNPJ; ix) Dono de Negócio Familiar com CNPJ; e x) Profissional Universitário Autônomo (Profissional Liberal) com CNPJ. As demais categorias no qual não se verificou a existência de carteira de trabalho ou CNPJ, assim como trabalhadores sem remuneração salarial foram classificadas como informais. Aprendiz, estagiários e pessoas cumprindo serviço militar obrigatório foram desconsiderados da análise, por não configurarem emprego ou serem vínculos de empregos extraordinários. (CODEPLAN, 2020b).

²⁰ As nuances desse mercado devem ser analisadas com cautela, pois houve diminuição da informalidade em baixos rendimentos no período de 2009 a 2013 (PRONI; GOMES, 2015)

3.3.4. Posição na ocupação - Mulheres não-negras têm a maior taxa de participação no emprego público e homens negros a menor

As três ocupações com maior quantidade de indivíduos no Distrito Federal são as de “Empregado no Setor Privado”, “Conta Própria ou Autônomo” e “Empregado no Setor Público”, correspondendo a 83,75% do mercado de trabalho no Distrito Federal. Boa parte dos trabalhadores distritais está no setor público, dada a característica do DF de capital político-administrativa do país. A maior taxa de participação no setor público é de mulheres não-negras, ficando o grupo de homens negros em último lugar. Importante lembrar que a maior parte do mercado laboral é de homens negros, eles não são o maior grupo no setor público.

A Lei federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014,²¹ reservou 20% das vagas de concursos públicos para negros, e ela tem gerado efeitos significativos no quadro de servidores públicos. A diferença de participação de pessoas negras entre 2006 e 2015²² em um órgão de segurança pública é notável (SANTOS; DIANA, 2018). No Distrito Federal, a Lei distrital nº 6.321, de 10 de julho de 2019, reserva, tal qual no âmbito federal, 20% das vagas para cotas raciais (CLDF, 2019, p. 321).

Tabela 3 - Posição na ocupação por raça/cor e gênero, 2021

Posição na Ocupação	% Total	Negros		Não-Negros	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ocupados	-	34,20%	24,17%	21,69%	19,94%
Empregado no setor privado (Exceto Empregado Doméstico)	44,57%	46,32%	44,57%	42,78%	43,50%
Conta Própria ou Autônomo	21,54%	25,78%	18,88%	21,21%	17,85%
Empregado no setor público	17,64%	13,23%	16,39%	20,55%	23,57%
Empregado Doméstico	4,06%	0,88%	10,89%	0,60%	4,99%
Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar	2,58%	3,90%	0,60%	4,29%	0,85%
Dono de Negócio Familiar	1,79%	1,60%	1,87%	1,93%	1,86%
Empregador	1,80%	1,83%	1,26%	2,38%	1,76%
Profissional Universitário Autônomo (Profissional Liberal)	0,52%	0,37%	0,39%	0,66%	0,78%
Estágio Remunerado	0,46%	0,41%	0,50%	0,31%	0,65%
Sócio de Cooperativa	0,29%	0,31%	0,25%	0,39%	0,19%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

As maiores discrepâncias étnicas-raciais são observadas nas proporções de mulheres negras como empregadas doméstica e homens negros como conta própria/autônomo enquanto eles são as menores proporções entre empregados no setor público. Fica visível a posição de maior vulnerabilidade da população negra em razão de sua maior presença em posições de trabalho precarizadas.

²¹ Há outras ações pontuais da administração pública federal para além do normativo citado, e adoção de políticas de ação afirmativa, até 2012, em mais quatro estados e 46 municípios (SILVA, 2016).

²² Observou-se que, nos cursos de formação para acesso à carreira de policial federal, a proporção de alunos negros era de 26,4% em 2006 subindo para 48% em 2015 (SANTOS; DIANA, 2018).

3.3.4.1. Empreendedorismo - Homens negros têm a maior taxa de participação

O conceito de empreendedorismo deste estudo seguiu a pesquisa Perfil do Afroempreendedor no Distrito Federal (CODEPLAN, 2016): o profissional que conduz uma empresa ou empreendimento. Essa aceção mais ampla é conforme indica a *Global Entrepreneurship Monitor*:

Ser um empreendedor significa começar ou ter seu próprio negócio. Este negócio pode ser na compra ou venda de produtos (desde bolos caseiros ou próteses até roupas de brechó ou sistemas de computador) ou provendo um serviço (desde corridas de transporte até tutoriais online), dentre uma miríade de outras atividades de negócios. A intenção pode ser suplementar renda, prover um serviço à comunidade ou construir a próxima gigante de negócios mundial.²³. (GEM, 2022, p. 33).

O empreendedorismo nem sempre pode ser caracterizado pela simples ação frente a uma oportunidade, mas, dado o contexto de mercado de trabalho, pode-se ter o próprio negócio frente a uma necessidade. É nesse sentido que se costuma caracterizar o empreendedorismo por essas duas motivações: oportunidade ou necessidade (HOLZMAN, 2006; BULGACOV *et al.*, 2011). O grupo de trabalhadores que empreende por necessidade, normalmente, busca modos criativos de driblar vulnerabilidades e não necessariamente visam à inovação e à criatividade de um novo processo produtivo, como no primeiro caso.

Como exemplo dessa acentuada distinção, o último relatório do *Global Entrepreneurship Monitor 2021/2022* indica um determinado perfil de empreendedores (a partir de um estudo em 50 países). “Na maioria das economias, é mais provável que homens iniciem novos negócios do que mulheres, jovens do que pessoas mais velhas e graduados do que não-graduados”²⁴ (GEM, 2022). Esse perfil de empreendedorismo se distancia em alguns aspectos do perfil no Distrito Federal, onde a maioria dos empreendedores tem mais de 40 anos (50,49%) e têm ensino médio completo. O padrão de maioria do perfil masculino, entretanto, se mantém.

Este estudo considera empreendedor as categorias “Conta Própria ou Autônomo”, “Empregador” e “Dono de Negócio Familiar”. Cerca de 25,25% da população ocupada no DF atende esse perfil. Dentro desse grupo, a população de homens negros ocupados corresponde ao maior percentual, 29,21%.

Somente 30,1% dos empreendedores estão inseridos na categoria de Microempreendedores Individuais (MEIs), o que contribui para totalizar 40,31% com CNPJ. A dimensão da informalidade entre empreendedores é observada com a ausência de CPNJ. São quase 57% de pessoas nessa situação, sobretudo homens e mulheres negras.

A desagregação de empreendedores no Distrito Federal por Critério Brasil aponta que possivelmente o empreendedorismo por necessidade é mais forte do que o de oportunidade. Cerca de 64% do grupo de empreendedores estão nas Classes C1, C2 e D-E. Nessas classes, estão 71,79% dos homens negros que atendem a esse perfil; e 67,49%, das mulheres negras; em contraposição a 56,71% dos homens não-negros e 51,27% das mulheres não-negras.

²³ No original: “*being an entrepreneur means starting or running your own business. That business can be buying and selling products (from home-made cakes or prosthetics to vintage clothes or computer systems) or providing a service (from taxi rides to online tutorials), among a myriad of other business activities. The intention may be to supplement an income, provide a community service or build the next global business giant*”.

²⁴ No original: “*In most, but not all, economies, men are more likely to start new businesses than women, younger people are more likely to do so than older people, and graduates are more likely to start a business than non-graduates*”.

Tabela 4 - Composição de empreendedores por grupo raça/cor, gênero, Critério Brasil, CNPJ, MEI, idade e grau de instrução

Empreendedores	% Total	Negros		Não-Negros	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empreendedores (com relação ao grupo de ocupados)	25,25%	29,21% ⁽¹⁾	22,02%	25,53%	21,47%
Posição na Ocupação (a partir daqui as relações são com o grupo de empreendedores)					
Conta Própria ou Autônomo	85,30%	88,3% ⁽²⁾	85,76%	83,10%	83,12%
Empregador	7,13%	6,27%	5,73%	9,34%	8,21%
Dono de Negócio Familiar	7,08%	5,46%	8,50%	7,56%	8,66%
Critério - Brasil					
A	5,36%	3,22%	4,10%	7,65%	8,94%
B1	7,49%	5,83%	6,37%	9,44%	10,32%
B2	20,22%	16,05%	19,37%	22,74%	27,00%
C1	24,09%	24,28%	25,48%	24,37%	21,61%
C2	23,99%	26,79%	25,03%	19,87%	21,87%
D-E	15,85%	20,72%	16,98%	12,48%	7,79%
CNPJ					
Sim	40,31%	35,54%	40,95%	44,62%	44,82%
Não	56,75%	61,02%	57,00%	52,38%	52,49%
MEI					
Sim	30,10%	25,59%	33,12%	32,69%	33,18%
Não	66,93%	71,17%	64,56%	64,24%	63,86%
Idade					
18 a 24 anos	9,52%	10,28%	9,51%	7,82%	10,23%
25 a 39 anos	38,79%	37,16%	41,98%	37,42%	41,50%
40 mais	50,49%	51,61%	47,70%	54,31%	47,89%
Grau de Instrução					
Sem instrução	2,68%	3,79%	2,14%	(*)	(*)
Fundamental Incompleto	14,16%	18,65%	13,35%	12,93%	6,53%
Fundamental Completo	5,66%	7,58%	5,04%	5,11%	2,65%
Médio Incompleto	7,50%	9,66%	6,64%	6,41%	5,16%
Médio Completo	33,00%	31,50%	37,09%	32,11%	32,16%
Superior Incompleto	7,30%	6,25%	8,12%	5,98%	10,57%
Superior Completo	26,31%	18,31%	25,14%	31,20%	39,83%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

(¹) 29,1% de homens negros ocupados são empreendedores.

(²) 88,3% de homens negros empreendedores estão na categoria "Conta Própria ou Autônomo".

(*) Sem significância estatística.

Nota: Valores residuais devem-se à resposta do tipo "Não sabe" nas variáveis correspondentes.

3.3.4.2. Emprego doméstico remunerado - Mulheres negras são a maioria, mas têm a menor renda

As pessoas que ocupam empregos domésticos remunerados no Distrito Federal têm perfil de gênero e raça/cor bem definido. Esse grupo é composto por cerca de 90% de mulheres; quase dois terços delas, mulheres negras. Esse perfil é semelhante no cenário mundial, 80% de mulheres (OIT, 2013), e no nacional, 92% de mulheres (DIEESE, 2021). A maioria dessas trabalhadoras têm mais de 40 anos de idade (62,65%) e têm graus de instrução de fundamental incompleto (17,95%) e médio completo (21,47%). Não menos importante, a menor renda dessa categoria é das mulheres negras.

Tabela 5 - Emprego doméstico remunerado por grupo raça/cor, gênero, idade e grau de instrução, 2021

Doméstico Remunerado	% Total	Negros		Não-Negros	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Proporção com relação ao grupo de ocupados	4,07%	0,88%	10,89%	0,60%	4,99%
Idade					
18 a 24 anos	4,28%	*	3,71%	*	*
25 a 39 anos	32,82%	37,35%	33,17%	*	30,11%
40 mais	62,65%	55,31%	63,12%	*	63,40%
Grau de Instrução					
Sem instrução	4,89%	*	*	*	*
Fundamental Incompleto	17,95%	*	20,14%	*	14,06%
Fundamental Completo	6,96%	*	6,81%	*	*
Médio Incompleto	7,44%	*	7,32%	*	*
Médio Completo	21,47%	*	20,96%	*	19,01%
Superior Incompleto	1,49%	*	*	*	*
Superior Completo	1,02%	*	*	*	*

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

(*) Sem significância estatística.

A análise da intersecção entre classe, gênero e raça (BERNARDINO-COSTA, 2011) indica o peso da discriminação sobre pessoas desses grupos. Essas três dimensões atuam de maneira imbricada, mas não necessariamente hierárquica (COSTA; SANTOS; RODRIGUES, 2022). Ademais, a questão etária se junta a esse conjunto de dimensões (BERNARDINO-COSTA, 2013, p. 49).

No Distrito Federal, as mulheres negras têm a menor renda (R\$ 1.395,75) enquanto homens não-negros, apesar de representarem somente 3,19% dos trabalhadores domésticos, têm a maior renda (R\$ 2.516,81). A jornada de trabalho remunerada, somada aos trabalhos de cuidados não remunerados, dão às mulheres uma carga de trabalho superior as 50 horas semanais.

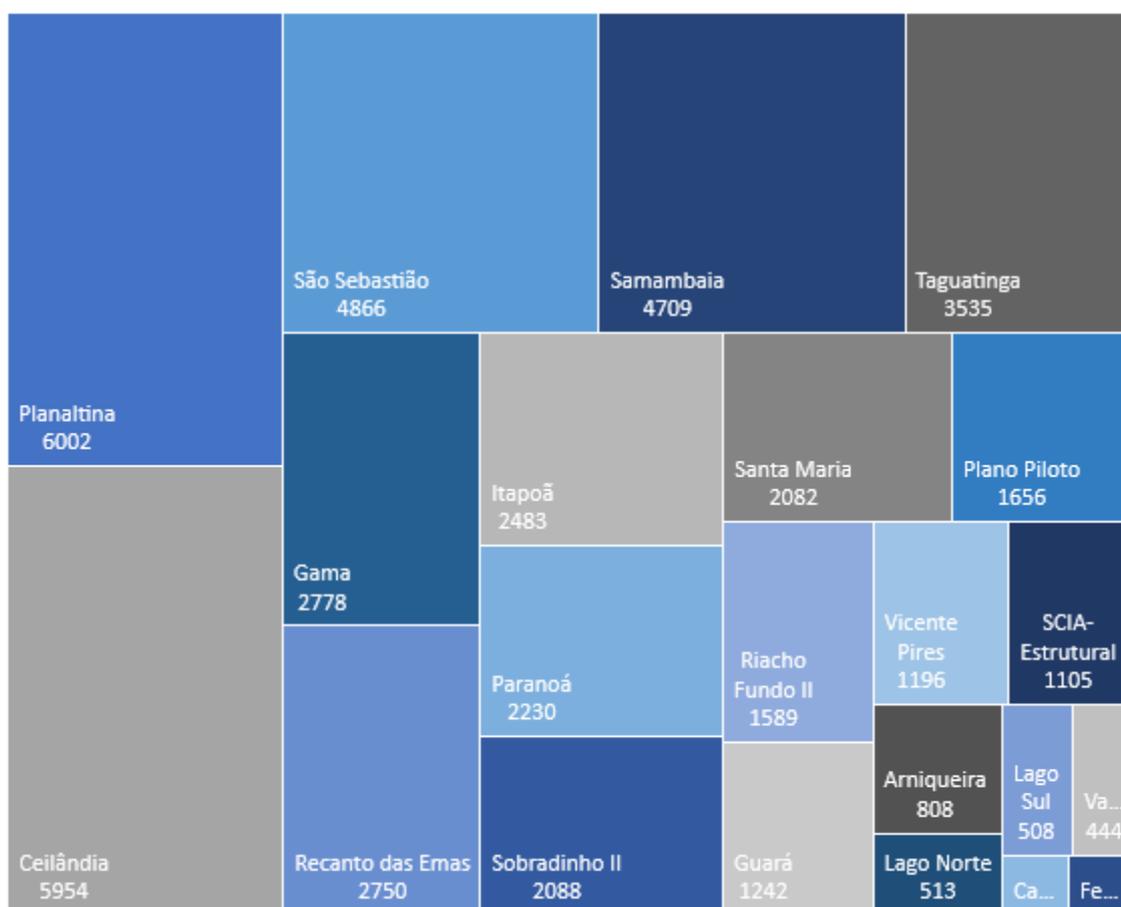
Tabela 6 - Renda e jornada de empregados domésticos por grupo raça/cor e gênero, 2021

Renda e Jornada – Emprego Doméstico	Média DF	Negros		Não-Negros	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Renda do Trabalho Principal	1.546,26	2.129,57	1.395,75	2.516,81	1.619,47
Jornada	35,59	34,78	35,54	37,52	35,63
Jornada + Afazeres	51,75	44,08	52,81	44,27	52,10

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

As trabalhadoras domésticas encontram-se nas Regiões Administrativas de menor renda, com especial atenção às regiões de Planaltina, Ceilândia e São Sebastião. A marcação de classe social é tão presente nessa categoria que essas trabalhadoras têm residência somente em 2/3 do território, não residindo em 11 Regiões Administrativas.

Gráfico 22 - Distribuição de empregados domésticos remunerados por Região Administrativa, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.3.5. Jornada de trabalho remunerado - Mulheres negras têm maior jornada de trabalho ao se considerar os afazeres domésticos

A jornada de trabalho remunerado da população geral do Distrito Federal é, em média, 37,88 horas no Distrito Federal, sendo as maiores aquelas de pessoas de 25 a 39 anos (38,02) e aquelas de pessoas com o fundamental completo (39,79). As maiores médias são as de

homens negros, em todas as faixas de idade a partir dos 18 anos. Já no critério de escolaridade, há uma variação entre faixas: por vezes, as maiores jornadas recaem sobre homens negros e, em outras vezes, em homens não-negros. Entretanto, a jornada de trabalho remunerado das mulheres é menor, em especial, a de mulheres negras, o que indica uma presença maior em trabalhos flexíveis e precarizados. Ao comentar a situação a partir de uma tipologia que classifica as jornadas em padrão, suficientes ou excessivas, Sadi dal Rosso comenta:

“... o sistema educacional brasileiro, na forma como está montado, empurra mais negros do que brancos para ocupar empregos flexíveis e precários nas bordas do sistema, como é o caso dos trabalhos insuficientes.” (DAL ROSSO, 2017, p. 263)

A jornada de trabalho remunerado, entretanto, não capta as situações de trabalho reprodutivo. Apesar de não se conseguir alcançar toda a dimensão do trabalho reprodutivo, deixando de fora o trabalho de cuidado, a PDAD traz informações do tempo dedicado aos afazeres domésticos. Sob esse critério, a média de trabalho total (remunerado e reprodutivo) no DF sobe para 47,45 horas. Mulheres negras, em todas as faixas etárias, têm a maior carga de trabalho total. O mesmo resultado se dá ao analisar a questão a partir do grau de instrução, com duas exceções que recaem sobre mulheres não-negras. De forma geral, mulheres negras e não-negras têm carga e jornadas superiores à de homens negros e não-negros (diferença média maior que 4 horas semanais), dando destaque a essa dupla jornada de trabalho. Essa jornada pode ser ainda maior, pois não se consideraram os trabalhos de cuidado de crianças, idosos e adultos dependentes, que usualmente recaem para mulheres (HIRATA, 2015; HIRATA, 2016).

Tabela 7 - Jornada de trabalho remunerado e trabalho reprodutivo (afazeres domésticos) por grupo de raça/cor e gênero, 2021

Jornada de Trabalho + Afazeres Domésticos	Média DF	Negros		Não-Negros	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	47,45	45,97	50,83	45,27	49,28
Idade					
14 a 17 anos	37,36	34,67	41,46	36,93	38,53
18 a 24 anos	45,56	44,91	47,78	44,51	45,01
25 a 39 anos	48,12	46,91	51,19	45,51	49,11
40 mais	47,96	45,66	51,38	45,35	50,41
Grau de Instrução					
Sem instrução	47,37	46,12	52,98	37,93	50,27
Fundamental Incompleto	47,85	45,42	51,64	46,24	51,82
Fundamental Completo	50,1	47,54	54,38	48,18	52,67
Médio Incompleto	45,37	44,66	47,59	42,67	47,32
Médio Completo	49,75	47,16	52,66	47,56	53,56
Superior Incompleto	46,04	45,52	48,76	43,7	45,51
Superior Completo	46,5	44,89	49,36	44,37	47,72

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.3.6. Renda individual média - Mulheres pretas e amarelas têm a menor renda no Distrito Federal

A renda individual média do Distrito Federal é de R\$ 3.899,92. As médias por grupo étnico-racial, por sua vez, demonstram que as menores rendas individuais são das populações de mulheres amarelas e de mulheres pretas. As mulheres negras têm a menor renda individual média (R\$ 2.826,23), cerca de 50% a menos que homens não-negros (R\$ 5.500,43). Ademais, elas têm a menor renda média em todas as classes do Critério Brasil, com exceção para a Classe C2, no qual o grupo de mulheres não-negras é o que tem a menor renda.

Tabela 8 - Renda por raça/cor e gênero, 2021

Raça/Cor	Média DF	Renda Média (em R\$)
		3.899,92
Branca	Homens	5.590,28
	Mulheres	4.473,82
Parda	Homens	3.679,74
	Mulheres	2.930,93
Preta	Homens	2.818,23
	Mulheres	2.412,10
Amarela	Homens	4.243,49
	Mulheres	2.323,64
Indígena	Homens	*
	Mulheres	3.280,67

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

O padrão de mulheres negras com a menor renda se repete em diversas desagregações: i) por idade, com exceção para a faixa de 14 a 17 anos; ii) por escolaridade, com exceção da faixa “sem instrução”; e iii) para posição na ocupação. Mulheres negras no setor público, privado ou empreendedor recebem a menor renda média.

A diferença salarial pode advir de, pelo menos, três causas: “qualificações diferentes, inserções no mercado de trabalho diferentes ou um diferencial salarial puro” (SOARES, 2000). Ao utilizar essa categorização, os autores de uma pesquisa que analisa os dados nacionais de 1984 a 2015, concluem:

“... a definição salarial de um indivíduo decorre de três fatores: formação, inserção e definição salarial. A diferença salarial dos homens negros com relação aos homens brancos se deve aos dois primeiros fatores, ou seja, menor escolaridade e inserção em ocupações de menor prestígio, principalmente manuais. Para as mulheres brancas, pesam os dois últimos fatores, dado que elas se encontram em ocupações intermediárias e, mesmo com maior escolaridade e ocupando os mesmos cargos, recebem menos. Por fim, as mulheres negras sofrem com os três aspectos. Com relação aos homens brancos, em 1987, homens negros recebiam 11 % a menos devido à discriminação, sendo que esse valor era de 37 % para as mulheres brancas, e 48 % para as mulheres negras. Em 1998, esses valores passam para 15 %, 29 % e 39 % (Soares, 2000).” (SOUZA SILVEIRA e SIQUEIRA LEÃO, 2020)

Além disso, a questão salarial está vinculada à sobreposição de gênero e raça não somente na análise mais descritiva. Ao se analisar as composições por outros métodos,²⁵ percebe-se que o mercado de trabalho tende a discriminar “fortemente a força de trabalho feminina e de trabalhadores negros e pardos” (LEÃO; SOUZA, 2020).

Tabela 9 - Renda por grupo de raça/cor, gênero, Critério Brasil, idade, grau de instrução e posição na ocupação, 2021

Renda	Total DF	Negros		Não-Negros	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	3.899,92	3.474,20	2.826,25	5.500,43	4.371,18
Classe - Critério Brasil					
A	10.526,62	11.742,05	8.335,01	12.190,45	9.316,47
B1	7.894,06	8.419,42	6.000,98	9.305,84	7.280,68
B2	5.181,30	5.164,05	4.030,75	6.431,46	5.034,35
C1	3.379,54	3.102,60	2.698,54	4.488,94	3.532,67
C2	1.831,76	1.957,34	1.623,56	2.135,97	1.583,65
D-E	1.462,87	1.568,75	1.269,09	1.600,35	1.368,25
Idade					
14 a 17 anos	845,83	901,62	773,88	907,79	677,28
18 a 24 anos	1.664,74	1.572,03	1.541,48	1.892,23	1.762,33
25 a 39 anos	3.454,86	3.060,20	2.670,24	4.652,26	4.012,15
40 mais	4.903,66	4.458,59	3.329,09	6.977,84	5.338,76
Grau de Instrução					
Sem instrução	1.443,69	1.539,01	1.219,67	1.900,01	1.144,38
Fundamental Incompleto	1.596,68	1.750,42	1.275,42	1.826,03	1.394,40
Fundamental Completo	1.944,74	2.082,01	1.572,57	2.152,03	1.900,21
Médio Incompleto	1.663,56	1.710,38	1.332,21	2.058,92	1.631,55
Médio Completo	2.268,38	2.475,33	1.811,34	2.709,91	2.038,53
Superior Incompleto	2.831,87	3.137,29	2.419,51	3.446,27	2.383,69
Superior Completo	7.061,24	7.077,60	5.247,80	8.895,38	6.748,58
Posição na Ocupação					
Empregado no setor privado (Exceto Emp. Doméstico)	2.700,80	2.446,36	2.086,25	3.603,95	3.081,95
Conta Própria ou Autônomo	3.180,60	2.858,29	2.415,94	4.482,90	3.547,79
Empregado no setor público	7.728,14	7.332,85	6.053,81	9.599,44	7.783,37

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

²⁵ O estudo citado utiliza-se do método de decomposição salarial de Oaxaca-Blinder no qual se conclui: “Foi constatado que o salário que remunera o trabalho das mulheres é em média 15,8% mais baixo que o salário dos trabalhadores masculinos e dado que a produtividade do primeiro grupo é 4,5% mais elevada, quando se considera os log-salários, a discriminação permanece, portanto, em 20,4%. Quando se considera os valores dos salários, a diferença permaneceu ainda elevada com uma diferença média de 17,18%, diferença não explicada em 22,60%, e diferença explicada de 5,42% devida a produtividade mais elevada do trabalho feminino”. (LEÃO; SOUZA, 2020, p. 260). Sugere-se que estudos mais detalhados a partir dos dados regionais sejam realizados.

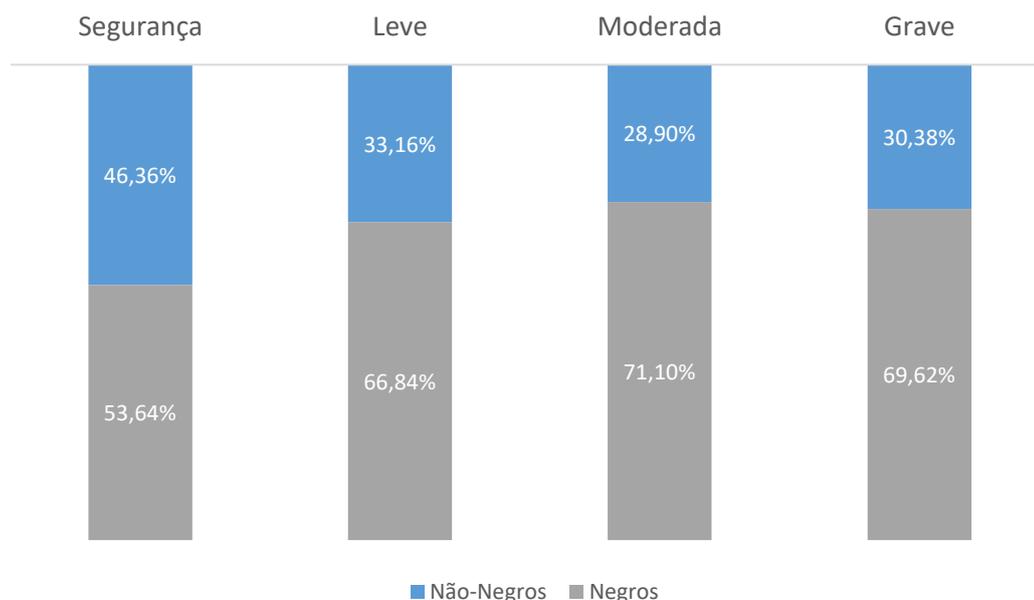
3.4. Segurança alimentar, seguridade social e uso do SUS

3.4.1. Segurança alimentar – 29,3% da população negra enfrenta insegurança alimentar

Uma importante inovação trazida pela PDAD 2021 foram questões sobre segurança alimentar no Distrito Federal. Concluiu-se que 79% dos domicílios estão em segurança alimentar, seguido por 13% em insegurança leve, 4,2% em insegurança moderadas e 3,9% em insegurança graves. Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), o índice de segurança alimentar segue superior ao do nível nacional, sendo este indicador, em áreas urbanas no Brasil, registrado em 64,9%, seguido pelos indicadores de 23,5%, 7,5% e 4,1% para as classificações leve, moderada e grave (VALADARES, 2022). Apesar dos dados serem de bases diversas, o índice de insegurança grave é semelhante entre Brasil e DF.

Ao observar esses dados por indivíduos na PDAD 2021, cerca de 720 mil pessoas vivem em domicílios em algum tipo de insegurança alimentar no DF, com cerca de 130 mil habitantes em insegurança alimentar grave. Há uma crescente presença da população negra à medida que o índice de insegurança aumenta. Assim, as classificações moderada e grave contam com cerca de 70% de pessoas negras.

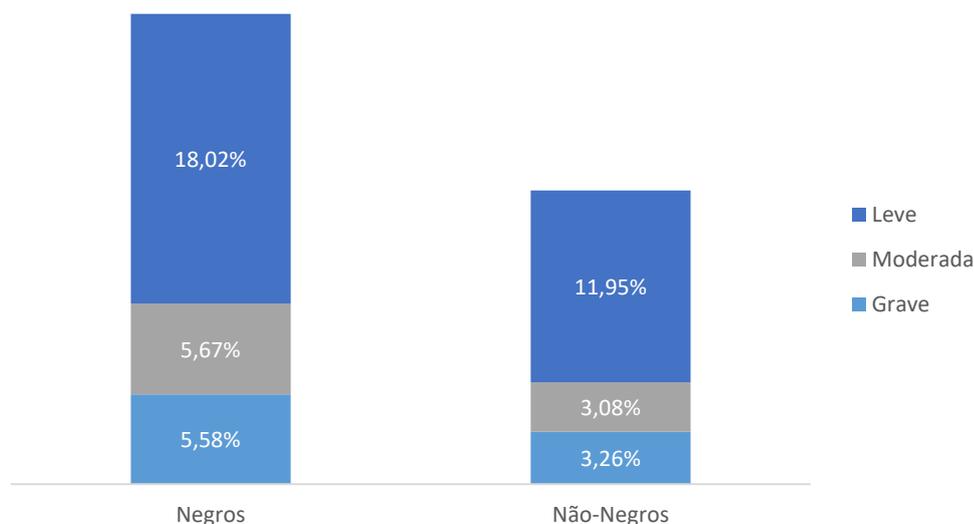
Gráfico 23 - Composição da classificação EBIA por grupo de raça/cor



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Outra forma de analisar, ao desagregarmos a classificação para o grupo de raça, 11,25% da população negra no Distrito Federal se encontra em situação de insegurança alimentar moderada ou grave frente a 6,8% da população não-negra.

Gráfico 24 - Insegurança alimentar por raça/cor



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.4.2. Contribuição previdenciária - Mulheres negras são as que menos contribuem em previdência pública

A contribuição em previdências públicas permite uma garantia futura de manutenção, tendo em vista idade, incapacidade laborativa, dentre outros direitos. Estar em uma rede de seguridade social frente a pouca recorrência, ou ausência, de atividade remunerada é um importante critério para verificar a qualidade de vida dos indivíduos.

A maior faixa de contribuição por grupo de raça/cor e gênero é de homens não-negros, e a menor é de mulheres negras. Ao se verificar a contribuição previdenciária da população ocupada, a população não-negra contribui mais enquanto, para a população negra, a menor taxa está entre homens. Isso indica maior presença da população negra em empregos mais precários, sem formalização e com renda baixa a ponto de não estimular a contribuição.

Tabela 10 - Contribuição previdenciária por grupo raça/cor e gênero - composição por elegíveis e por ocupados, 2021

Contribuição Previdenciária	Média DF	Negros		Não-Negros	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Dos elegíveis - Não Contribui	53%	48,34%	60,72%	44,04%	55,82%
Dos ocupados - Não Contribui	21%	23,92%	21,70%	17,25%	17,03%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.4.3. SUS e planos de saúde - ¾ da população negra utiliza exclusivamente o SUS

A análise da utilização do Sistema Único de Saúde busca observar os locais onde há mais necessidade e concentração de usuários do sistema público. Ela foi feita pela via negativa, ou seja, observa indivíduos que não têm acesso a planos de saúde para inferir aqueles que potencialmente utilizam exclusivamente o SUS.

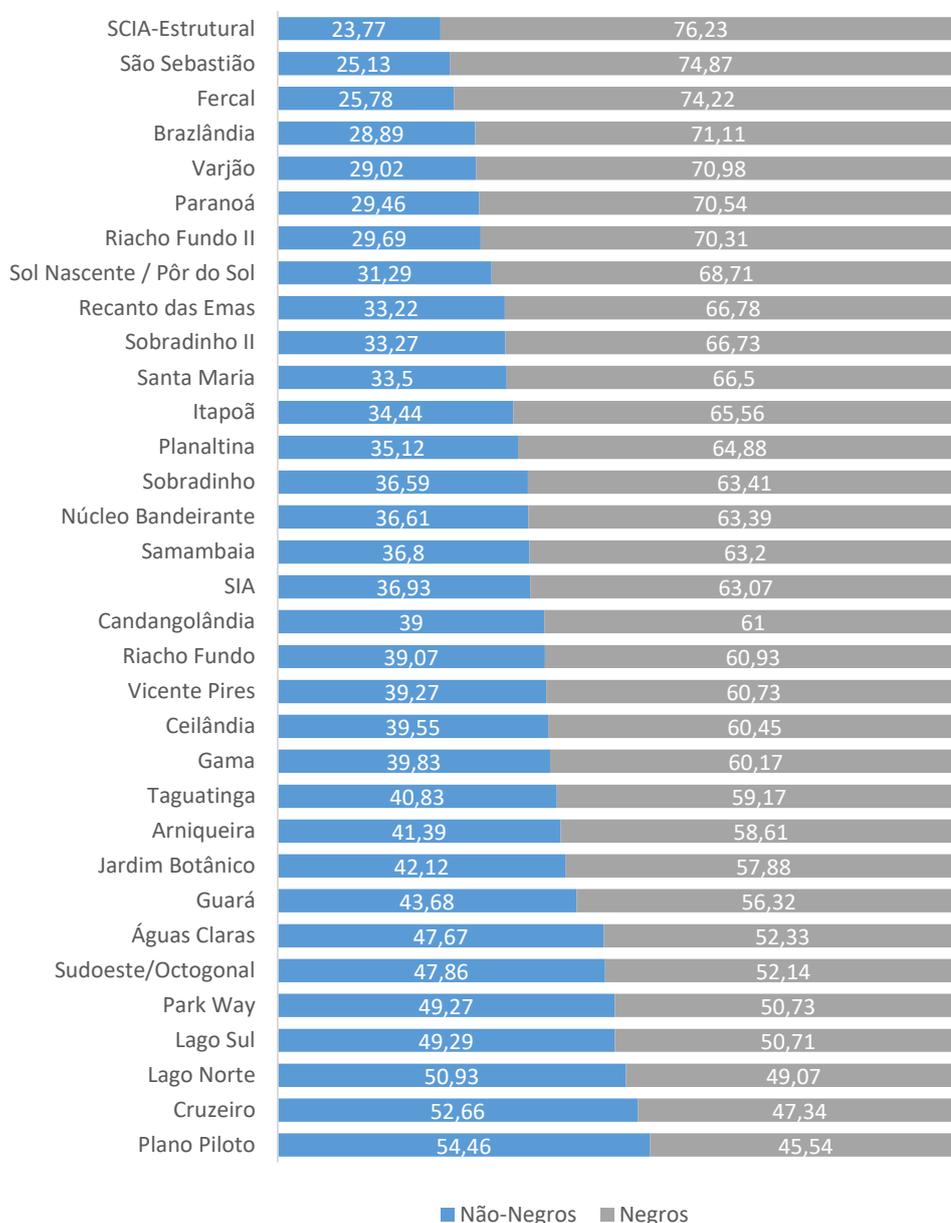
Cerca de 75% da população negra utiliza exclusivamente o SUS, enquanto essa proporção é de cerca de 58% para não-negros. A maior quantidade de usuários negros acompanha a densidade demográfica das Regiões Administrativas. Elas ocorrem na Estrutural, São Sebastião e Fercal.

Tabela 11 - Composição de usuários de plano de saúde por grupo raça/cor e gênero, 2021

Plano de Saúde	DF	Negros		Não-Negros	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Composição	100%	28,53%	28,84%	19,21%	23,43%
Não possui	68%	74,61%	74,80%	57,45%	58,16%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Gráfico 25 - Potenciais usuários exclusivamente do SUS por Raça/Cor por Região Administrativa (%), 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

As informações aqui dizem respeito somente ao acesso e se sugere o aprofundamento em pesquisas em bases de dados próprias da rede que compõem o SUS. A discussão sobre a inclusão do quesito de raça/cor no âmbito das coletas de dados administrativos do SUS foi objeto de grande discussão, tendo sido implantado de forma gradual somente a partir de 1996. Desde então, permitiu realização de pesquisas sobre “diferenças de mortalidade e morbidade por raça/cor; iniquidades raciais nas condições de vida da população; dificuldades de acesso e de qualidade dos serviços de saúde prestada à população negra...” (ESTRELA, SANTOS e LIMA; 2021, p. 54).

4. DISCUSSÃO

Guerreiro Ramos sugere analisar a questão étnico-racial a partir da observação do próprio movimento de desenvolvimento econômico do país (RAMOS, 1982, p. 167-168). Com o avanço dos estudos sobre relações raciais, a questão não deve ser resumida à materialidade econômica. Entretanto, o processo de retroalimentação é inequívoco: a falta de acesso ao mercado de trabalho ocasionada por atributos de raça/cor, por exemplo, incide e reforça a própria exclusão da população negra a outros direitos e indica uma divisão racial do trabalho. Ainda que esta pesquisa retrate uma desigualdade de resultados e não de desigualdade de oportunidades,²⁶ é possível verificar a questão de maneira indireta.

Este estudo procura ampliar o debate pensando a questão étnico-racial em conjunto com a questão de gênero. Na quase totalidade dos indicadores sociais apresentados, percebe-se que mulheres negras nas piores posições e homens não negros nas melhores. Lélia Gonzalez, ao comentar o estudo “O lugar do negro na força de trabalho” (OLIVEIRA; PORCARO; ARAÚJO, 1985) assim como a obra “Estrutura Social, Mobilidade e Raça” (HASENBALG; VALLE SILVA, 1988), conclui sobre a divisão racial e sexual do trabalho:

Pesquisas recentemente realizadas demonstram que a divisão racial do trabalho opera de maneira muito mais contundente, em termos de prejuízos para a população negra, do que a divisão sexual do trabalho contra o setor feminino da população brasileira. Queremos dizer que mais uma vez se confirma a terrível situação da mulher negra, uma vez que em termos de distribuição de renda a distância que marca as diferenças entre brancas e negras é muito maior do que aquela que separa homens e mulheres. (GONZALEZ, 2020a, p. 52)

Mas eles demonstram, tranquilamente, que a população negra deste país, ao invés de filha do milagre, foi vítima desse milagre (...) E nesse trabalho os pesquisadores demonstram que, em termos de renda, nos dias de hoje, neste país, a ordem decrescente é a seguinte: homem branco, mulher branca, homem negro e mulher negra. (GONZALEZ, 2020b, p. 195)

A ordem decrescente de renda entre homens brancos até mulheres negras na década de 1980, como indicado acima, persiste não somente a nível nacional, mas também no Distrito Federal. Isto é, homens brancos estão no topo da pirâmide de renda enquanto mulheres negras estão na base. A Tabela 8 indica uma distinção entre pretos e pardos e a questão de renda fica mais latente ainda para a mulher preta. Assim, a ordem decrescente indica uma divisão racial muito mais acentuada, tendo em vista apresentar uma sequência historicamente estática: homens e mulheres brancos, homens e mulheres pardos e homens e mulheres pretas.

O grupo de mulheres negras compõe a maior parte da população do Distrito Federal (28,72%), mas dispõe da menor renda e da maior carga de trabalho. A comparação com os

²⁶ Para observar a desigualdade de oportunidades, há os estudos sobre mobilidade social. Há um paradigma que sugere verificar a questão racial como determinante a partir da ascensão ou manutenção de classe. É o que sugere o modelo estatístico apresentado por Carlos Antonio Costa Ribeiro com alguns resultados que podem ser destacados tais como: “As análises revelam que a desigualdade de oportunidades de mobilidade social é racial apenas nas classes altas, mas não o é nas classes baixas. Esta conclusão é bastante importante porque indica que o preconceito racial deve estar presente com mais força no topo e não na base da hierarquia de classes” (RIBEIRO, 2006, p. 855) além de “É interessante observar que, apesar de não haver desigualdade racial nas chances de completar a universidade, há fortes evidências de que não-brancos formados em universidades encontram mais dificuldade de entrar em posições de profissionais do que brancos com o mesmo nível educacional.” (RIBEIRO, 2006, p. 859).

estudos da década de 1980 mostra que a situação, ao menos nos quesitos indicados, não teve mudança estrutural nessa dinâmica hierárquica entre grupos sociais. Em contraponto, o menor grupo de composição populacional, homens não-negros (19,17%), tem a maior renda e menor jornada de trabalho ao se somar horas gastas com afazeres domésticos. O Distrito Federal atual se compara à situação evidenciada pelo estudo realizado em 1999 pelo DIEESE²⁷ para a capital federal. A renda é fator que se mantém distante nessa pirâmide de divisão racial e sexual do trabalho visto que mulheres negras tinham a menor renda (R\$ 623,00) seguido por homens não-negros (R\$ 1.324,00) (DIEESE, 1999).

A intersecção entre gênero e raça/cor deve ser acompanhada de uma análise também acerca das condições materiais de existência, ou seja, das condições de classe que impedem algum tipo de melhoria social.²⁸ O efeito da dupla desvantagem sobre a mulher negra deve ser observado em conjunto com a desigualdade de acesso a valiosos recursos, por exemplo, de qualificação educacional. Na análise de escolaridade, as mulheres negras são o grupo com a menor proporção de pessoas com nível superior, além de comporem a maior parte do grupo de profissões de menor renda. Ainda sobre o aspecto da hierarquização, Beatriz Nascimento, ao debater sobre a mudança da entrada da mulher no contexto da fase inicial de industrialização no Brasil em 1930, argumenta que:

Como a educação é um requisito para o acesso às melhores ocupações na hierarquia de empregos, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status e, conseqüentemente, maior remuneração.

(...)

Na fase inicial de industrialização, a mulher branca participa da foga de trabalho com o declínio das indústrias tradicionais, principalmente a têxtil, ela se vê expulsa do setor industrial e passa a concentrar-se em empregos burocráticos de nível baixo que, embora mal remunerados exigem certa qualificação educacional

(...)

O mesmo não ocorre com a mulher negra, e isto por dois motivos fundamentais: o primeiro, porque a mulher negra ainda não teve acesso suficiente à educação para qualificar-se para estes tipos de empregos burocráticos. Segundo, porque esses empregos implicam relações públicas ou relação com o público. Por exemplo: Comércio de mercadorias. Neste contexto, o critério racial se faz muito mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais, os então como operárias industriais (NASCIMENTO, 1976, p. 105)

Os indicadores gerais sobre trabalho indicam que mulheres negras recebem menos, e têm maior jornada de trabalho, e o cenário para a população negra, em geral, indica outros fatores de desvantagem. Um deles é o nível de informalidade, dado que cerca de 24% da população negra se encontra nesse mercado, em contraposição a 20% da população não-negra.

Além disso, apesar de não haver um critério quantitativo que defina a distinção entre empreendedorismo por necessidade ou oportunidade,²⁹ a faixa da população ocupada empreendedora tem o maior índice entre homens negros, 3 a cada 10. Homens negros também têm o maior índice de empreendedores sem CNPJ (61%) e a faixa de composição para população negra é maior nas faixas C2, D-E.³⁰ O empreendedorismo é extremamente

²⁷ Realizado a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, ainda ativa para o Distrito Federal. Não houve comparação direta nas subseções correspondentes por ter metodologia distinta e, de tal forma, servir como parâmetro de comparação mais geral e histórico.

²⁸ Sobre esse aspecto, ver (FIGUEIREDO SANTOS, 2009).

²⁹ Essa distinção é realizada exclusivamente a partir de resposta acerca da motivação do indivíduo.

³⁰ No mais, é importante ressaltar que os dados históricos indicam entre a população negra uma taxa de empreendedorismo por oportunidade sempre mais baixa frente à da população branca, conforme (SENA, 2021, p. 88).

heterogêneo e apresenta distintas nuances com taxa de informalidade alta e com pessoas mais vulneráveis. Não se distancia dessa conclusão o relatório prévio que indica:

“... as pessoas que trabalham por conta própria e são informais, e que também poderiam ser classificadas como empreendedores em uma abordagem mais ampla, apresentam um perfil mais parecido aos trabalhadores informais, aproximando-os da condição de empreendedores por necessidade, fato que não os afasta de situações de vulnerabilidade.” (CODEPLAN, 2016, p. 32)

Nos temas de saúde, segurança alimentar e seguridade social, percebe-se ainda a necessidade de manutenção de políticas públicas que alcancem indivíduos mais vulneráveis. Foi exposto o preocupante número de cerca de 268 mil pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou grave no Distrito Federal, o que corresponde a cerca de 11% da população negra. Além disso, a menor taxa de contribuição à previdência pública está entre mulheres negras. Portanto, é necessária a ampliação de políticas públicas que alcancem a população negra no Distrito Federal para a diminuir iniquidades e conscientizar sobre a luta contra a discriminação racial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar o atributo étnico-racial da população residente no Distrito Federal observando disparidades em dimensões como escolaridade, emprego, segurança alimentar, dentre outras. A construção, avaliação e manutenção contínua de políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs) têm uma maior efetividade na resolução de situações discrepantes e indesejadas na sociedade (PINHEIRO, 2020). A análise dos dados locais nos permite evidenciar características e desigualdades, dos quais se pode destacar as seguintes:

- Mulheres pretas e pardas são a maioria da população no Distrito Federal;
- Estrutural e Lago Sul são as Regiões Administrativas com menor e maior proporção de negros no Distrito Federal, respectivamente;
- A população negra é a maioria na Classe D-E;
- Mulheres negras têm a menor taxa de nível de escolaridade superior;
- A população negra tem uma entrada mais precoce no mercado de trabalho;
- Trabalhadores negros são maioria no setor informal;
- Mulheres não-negras têm a maior taxa de participação no emprego público, homens negros a menor;
- Mulheres negras têm maior jornada de trabalho ao se considerar os afazeres domésticos;
- Mulheres pretas e amarelas têm a menor renda no Distrito Federal; e
- 29,3% da população negra enfrenta algum tipo de insegurança alimentar.

No contexto do Governo do Distrito Federal, há uma série de ações institucionais que vem sendo realizadas ao longo dos anos para uma promoção maior da igualdade racial. De forma mais ampla, se destaca a criação da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial desde 2015. Em 2016, foi construído o Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial (PLADIPIR) 2017-2020, que consiste em etapa obrigatória para a plena Adesão do DF ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), instituído pela Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Tendo em vista o fim da temporalidade do primeiro PLADIPIR (2017-2020), foi editado o Decreto nº 41.962, de 31 de março de 2021, que estabelece o Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial 2021-2023.

O PLADIPIR segue o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR),³¹ instituído pelo Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009,³² além das Resoluções da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial realizada em 2013 e as propostas da III Conferência Distrital de Promoção da Igualdade Racial que aconteceu em agosto de 2013 (GDF, 2016, p. 7). A instituição do Plano Distrital pode ser resumida da seguinte maneira:

Tendo em vista que as populações negras, indígenas e ciganas, entre outras minorias socioeconômicas, apresentam os piores indicadores de socioeconômicos no Brasil e no DF, assim como elevados índices de vulnerabilidade, mortalidade violenta, mortalidade materna, entre outros, o Plano visa oferecer subsídios para constituir as principais linhas de atuação da Administração Pública do Distrito Federal para as

³¹ O Distrito Federal adere na modalidade “básica” ao SINAPIR em 11 de abril de 2018, conforme relatório do MDH. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/sinapir/sinapir-geral-atualizado-03_10_2022.pdf.

³² O PLANAPIR estabeleceu o Comitê de Articulação e Monitoramento que não existe desde 2019 por revogação dada por força do Decreto 10.087/2019.

formulações de ações internas e externas – políticas públicas – de promoção da equidade étnico-racial, com vistas à eliminação das discriminações deste cunho e de suas consequências na sociedade.³³

Na educação, foi observada a entrada precoce de trabalhadores negros no mercado de trabalho distrital, possivelmente explicado pela necessidade de escolha entre estudo e trabalho, especialmente no ensino médio. A atenção a essa questão, com políticas educacionais que garantam a continuidade dos estudos até a formação final, pode trazer benefícios à população negra no mercado de trabalho.

No mercado de trabalho, se destaca o alto nível de informalidade entre trabalhadores negros que estão na categoria “Conta Própria ou Autônomo”, sobre o qual se pode fazer políticas de maior alcance para inserção desses trabalhadores em ações já bem estabelecidas como as ações voltadas ao Microempreendedorismo Individual (MEI). Além disso, o foco em capacitação profissional, em especial em regiões nos quais há maior presença de população negra, pode diminuir a distância entre as possibilidades e oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Ações que focam em mercado de trabalho podem se utilizar também de ampliação do Programa Afroempreendedor, em andamento no Distrito Federal, assim como melhor acesso ao microcrédito a exemplo do Programa Próspera.

Quanto à saúde da população negra, é pertinente observar que cerca de 75% da população negra utiliza exclusivamente do SUS para atendimento de suas demandas biopsicossociais. A capacitação de profissionais de saúde para atendimento responsável à população negra é essencial e deriva de próprio eixo da PLADIPIR.

A melhor alocação de habilidades e talentos do indivíduo é uma diretriz que só pode ser alcançada a partir da melhoria das condições materiais de existência e diminuição das barreiras de entrada no mercado de trabalho.

³³ Retirado de: <https://www.mulher.df.gov.br/consulta-publica-plano-distrital-de-promocao-da-igualdade-racial/>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEP. **Nota Técnica - Critério Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2021.

ANJOS, G. A questão “cor” ou “raça” nos Censos nacionais. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.

APARECIDA, L.; BARROS, F. D.; CAMPOS, M. B. Auto ou alter-declaração? Uma análise da informação de raça/cor nas pesquisas domiciliares. **Demografia**, p. 1-14, 2003.

BASTOS, J. L. *et al.* Diferenças socioeconômicas entre autoclassificação e heteroclassificação de cor/raça. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 2, p. 324-334, 2008.

BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade e Interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o Século XXI. Em: **Igualdade Racial no Brasil - Reflexões no ano internacional dos afrodescendentes**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

BERNARDINO-COSTA, J. Trabalhadoras domésticas no Distrito Federal e suas condições de trabalho. Em: **Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador**. Brasília: IPEA, 2011.

BRANDÃO, A. A.; MARINS, M. T. A. DE. **Negros e pobres - brancos e ricos**: perfis de raça e classe nos cursos mais e menos disputados em uma universidade pública. Em: ABEP., 2006.

BRASIL. DECRETO nº 4.856 de 1871., 1871. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4856-30-dezembro-1871-552291-publicacaooriginal-69467-pe.html>. Acesso em: 30 jul. 2022

BRASIL. DECRETO nº 6.872/2009., 2009.

BRASIL. DECRETO-LEI nº 7.967., 1945.

BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**. IBGE., 1874.

BULGACOV, Y. L. M. *et al.* Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 695-720, jun. 2011.

CAMPOS, L. A. Desigualdade Racial nas Escolas Privadas de Alto Desempenho. p. 20, 2021.

CLDF. 5447. LEI nº 5.447., 2015.

CLDF. 6321. LEI nº 6.321/2019., 2019.

CODEPLAN. **Mercado de Trabalho Informal**: uma perspectiva comparada do Distrito Federal. Brasília/DF: CODEPLAN, 2020b.

CODEPLAN. **Perfil do Afroempreendedor no Distrito Federal**. Brasília/DF: CODEPLAN, 2016.

CODEPLAN. **Perfil do Negro no Distrito Federal - 2011-2015**. Codeplan. Brasília/DF: CODEPLAN, 2017.

CODEPLAN. **Retratos Sociais DF 2018**: O perfil sociodemográfico da população negra no Distrito Federal. Brasília/DF: CODEPLAN, 2020a.

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL. **Censo Experimental de Brasília**. Brasília/DF. Comissão Censitária Nacional, 1959.

COSTA, F. S. DE M.; SANTOS, C. S.; RODRIGUES, M. E. T. M. Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 262-271, 6 maio 2022.

DAL ROSSO, S. **O Ardil da Flexibilidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DE JESUS, J. G.; HOFFMANN, R. De norte a sul, de leste a oeste: mudança na identificação racial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, p. 1-25, 30 nov. 2020.

DIEESE. **A inserção da população negra no mercado de trabalho no Distrito Federal**. Brasília/DF: DIEESE, 2019.

DIEESE. **Mapa do Negro no Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 1999.

DIEESE. **Trabalho Doméstico no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>.

ESTRELA, C. R.; SANTOS, I. R. DOS; LIMA, R. R. T. DE. O quesito raça/cor e a equidade no Sistema Único de Saúde: critérios atravessados pelo contexto racial brasileiro. Em: **Raça e Saúde - Múltiplos olhares sobre a saúde da população negra no Brasil**. Natal/RN: EduUFRN, 2021.

FERRARO, A. R. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 505-526, maio 2010.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. F. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 37-60, 2009.

GDF. **DECRETO nº 36.688.**, 2015.

GDF. **DECRETO nº 41.962, DE 31 DE MARÇO DE 2021.**, 2021.

GDF. **Plano Distrital de Promoção de Igualdade Racial do Distrito Federal.**, 2016.

GDF. **PORTARIA CONJUNTA nº 05.**, 2020.

GEM. **Global Entrepreneurship Monitor 2021/2022 Global Report: Opportunity Amid Disruption**. Londres: Global Entrepreneurship Monitor, 2022.

GOLGHER, A. B. Modelo Profluxo e Indicadores Derivados. Em: **Introdução à demografia da educação**. Rio de Janeiro: ABEP, 2004. p. 159-208.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem políticoeconômica. Em: **Por um feminismo afro latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020a.

GONZALEZ, L. Homenagem a Luis Gama e Abdias do Nascimento. Em: **Por um feminismo afro latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020b.

GOUVÊA, M. C.; XAVIER, A. P. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 122, p. 99-120, jan. 2013.

HASENBALG, C. **Hasenbalg - Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Belo Horizonte/MGUFMG., 1979.

HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. DO. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, p. 24, 2015.

HIRATA, H. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. **Confins**, 2016.

HOLZMAN, L. A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. Em: **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: [s.n.].

IBGE. PCERP - **Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População | 2008.**, 2008. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9372-caracteristicas-etnico-raciais-da-populacao.html?=&t=o-que-e>.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. [s.l.; s.n.].

KAMAKURA, W.; MAZZON, J. A. Critérios de estratificação e comparação de classificadores socioeconômicos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 1, p. 55-70, 2016.

LEÃO, C.; SOUZA, G. Á. Análise da Discriminação como Causa de Diferenciação de Salários no Mercado de Trabalho do Brasil Segundo Gênero e Raça. p. 17, 2020.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional.**, Brasília/DF, 2014.

MIRANDA, V. F. O. DE; MARTELETO, L. J. **Taxas de Matrícula por gênero e raça no Brasil: observações de uma análise de coorte.**, Em: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu/MG, 2006.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro/RJ: [s.n.].

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. Em: **Eu sou Atlântica**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1976.

OIT. **Trabalho Doméstico**. [s.l.] OIT, 2013. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>.

OLIVEIRA, L. E. G. DE; PORCARO, R. M.; ARAÚJO, T. C. N. **O lugar do negro no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 1985.

OSORIO, R. G. **A desigualdade racial da pobreza no Brasil**. v. 2487, p. 41, 2019.

OSORIO, R. G. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Texto para Discussão. Brasília/DF: IPEA, 2003.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. Características Étnico-Raciais da População. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PINHEIRO, M. M. S. **Políticas Públicas baseadas em evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual**. n. 2554, p. 52, 2020.

PORTO, I. **Qual é a cor do invisível?: a situação dos direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil**. Washington, D.C.: Raça & Igualdade, Instituto Internacional Sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020.

PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 137-151, dez. 2015.

QUADROS, W. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 95-117, abr. 2004.

RAMOS, G. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1982.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. **Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890.**, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>.

RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.

SALATA, A. Race, Class and Income Inequality in Brazil: A Social Trajectory Analysis. **Dados**, v. 63, n. 3, p. 1-40, 2 out. 2020.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro - o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, v. 18, p. 165-187, 1998.

SANTOS, A. P. DOS; DIANA, G. M. O perfil racial nos quadros da administração pública no Brasil: um primeiro balanço dos efeitos da reserva de vagas para negros em uma organização de segurança pública. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 4, p. 951-982, 31 dez. 2018.

SENA, L. **Mercado e Equidade**: o empreendedorismo negro no Brasil. Dissertação — Brasília/DF: Universidade de Brasília, 2021.

SILVA, L. A.; FARIA, A. C. L. DE; TEIXEIRA, E. C. Desigualdade racial no mercado de trabalho formal brasileiro. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 11, n. 30, p. 51-67, 14 abr. 2021.

SILVA, T. D. **Cor e raça nos quadros da Administração Pública.**, Em: ABEP. ABEP, 2016.

SOARES, S. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. Em: **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília/DF: IPEA, 2008.

SOARES, S. S. D. O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho - Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. **Texto para Discussão - IPEA**, p. 28, 2000.

SOUZA SILVEIRA, L.; SIQUEIRA LEÃO, N. O impacto da segregação ocupacional por gênero e raça na desigualdade de renda no Brasil em três décadas (1986-2015). **Revista Latinoamericana de Población**, v. 14, n. 27, p. 41-76, 9 jul. 2020.

TEIXEIRA, MOEMA DE POLI; BELTRÃO, KAIZÔ IWAKAMI; SUGAHARA, SUNOÊ. Além do preconceito de marca e de origem: a motivação política como critério emergente para classificação racial. Em: **Características Étnico-Raciais da População - Classificações e Identidades**. [s.l.; s.n.].

TELLES, E. E.; LIM, N. Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil. **Demography**, v. 35, n. 4, p. 465-474, 1998.

VALADARES, A. Perfil da População Rural na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017 a 2018 e a Evolução dos Dados de Insegurança Alimentar: Uma Análise Preliminar. **Ipea**, 2022.

APÊNDICE

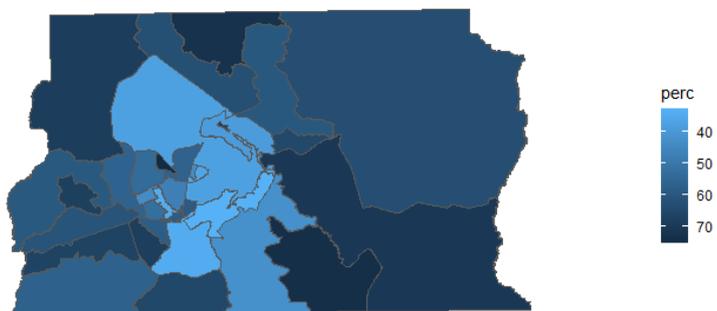
Apêndice A - Tabela 12 - Raça/Cor por Grupos de Regiões Administrativas

Raça/Cor	Grupo de RA	Total	%
Amarela	Alta Renda	6.483	15,51
	Baixa Renda	14.131	33,79
	Média - Alta Renda	8.675	20,75
	Média - Baixa Renda	12.524	29,95
Branca	Alta Renda	325.560	26,42
	Baixa Renda	253.966	20,61
	Média - Alta Renda	279.251	22,66
	Média - Baixa Renda	373.499	30,31
Indígena	Alta Renda	888	9,00
	Baixa Renda	3.347	33,94
	Média - Alta Renda	2.083	21,12
	Média - Baixa Renda	3.545	35,95
Parda	Alta Renda	182.431	13,10
	Baixa Renda	468.638	33,66
	Média - Alta Renda	273.487	19,64
	Média - Baixa Renda	467.879	33,60
Preta	Alta Renda	29.069	8,69
	Baixa Renda	112.135	33,52
	Média - Alta Renda	61.158	18,28
	Média - Baixa Renda	132.132	39,50

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

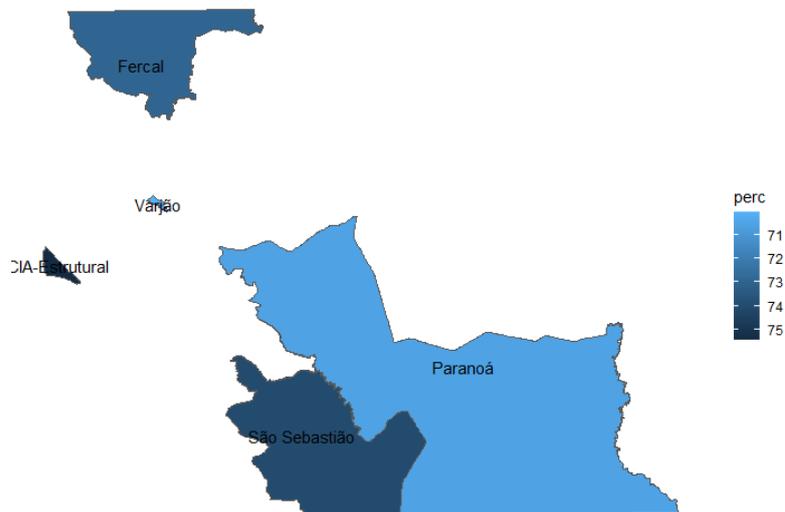
Apêndice B - Figura 2 - Mapas de distribuição espacial por Grupo Raça/Cor

Distribuição por Grupo de Raça/Cor no Distrito Federal



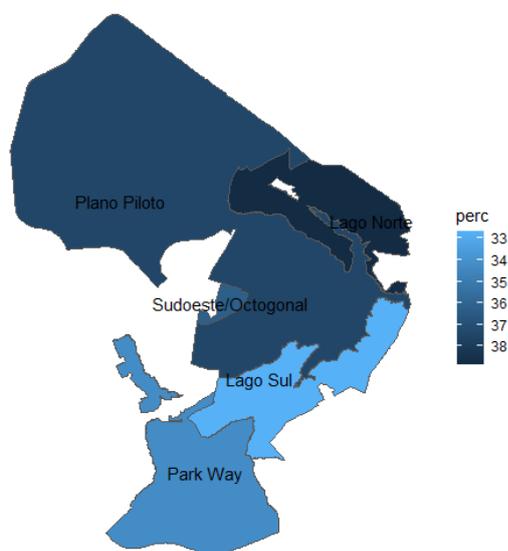
PDAD 2021

RAs com maior percentual de população negra



PDAD 2021

RAs com menor percentual de população negra



PDAD 2021

Apêndice C - Tabela 13 - Raça/Cor por Critério Brasil

Critério	Grupo Raça/Cor	Total	%
A	Não-Negros	28.358	64,46
	Negros	15.634	35,54
B1	Não-Negros	40.845	56,48
	Negros	31.467	43,52
B2	Não-Negros	95.430	48,18
	Negros	102.654	51,82
C1	Não-Negros	84.054	41,24
	Negros	119.760	58,76
C2	Não-Negros	65.099	33,05
	Negros	131.844	66,95
D-E	Não-Negros	32.397	25,6
	Negros	94.144	74,4
Sem Class.	Não-Negros	12.217	39,06
	Negros	19.059	60,94

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Apêndice D - Tabela 14 - PIA por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução

População em Idade Ativa (PEA + Inativos)	Total	Negros						Não-Negros					
		Homens	% H. / Grupo (Vert.)	% Grupo / H. (Hor.)	Mulheres	% M. / Grupo (Vert.)	% Grupo / M. (Hor.)	Homens	% H. / Grupo (Vert.)	% Grupo / H. (Hor.)	Mulheres	% M. / Grupo (Vert.)	% Grupo / M. (Hor.)
	2.470.109	701.605	28,40%	100%	720.762	29,18%	100%	455.458	18,44%	100%	583.802	23,63%	100%
Idade													
14 a 17 anos	183.419	59.548	32,47%	8,49%	55.073	30,03%	7,64%	31.475	17,16%	6,91%	37.323	20,35%	6,39%
18 a 24 anos	335.765	104.101	31,00%	14,84%	93.820	27,94%	13,02%	64.616	19,24%	14,19%	73.228	21,81%	12,54%
25 a 39 anos	773.619	227.761	29,44%	32,46%	226.040	29,22%	31,36%	143.519	18,55%	31,51%	176.299	22,79%	30,20%
40 a 59 anos	813.091	226.775	27,89%	32,32%	244.200	30,03%	33,88%	150.340	18,49%	33,01%	191.776	23,59%	32,85%
60 mais	355.734	83.421	23,45%	11,89%	101.630	28,57%	14,10%	65.508	18,41%	14,38%	105.175	29,57%	18,02%
Grau de Instrução													
Sem instrução	85.793	26.542	30,94%	3,78%	31.169	36,33%	4,32%	10.980	12,80%	2,41%	17.102	19,93%	2,93%
Fund. Incompleto	331.433	114.238	34,47%	16,28%	111.268	33,57%	15,44%	46.720	14,10%	10,26%	59.207	17,86%	10,14%
Fund. Completo	124.979	41.495	33,20%	5,91%	40.530	32,43%	5,62%	16.342	13,08%	3,59%	26.612	21,29%	4,56%
Médio Incompleto	242.011	79.205	32,73%	11,29%	78.676	32,51%	10,92%	38.915	16,08%	8,54%	45.215	18,68%	7,74%
Médio Completo	660.369	197.631	29,93%	28,17%	208.589	31,59%	28,94%	107.073	16,21%	23,51%	147.076	22,27%	25,19%
Superior Incompleto	212.034	52.793	24,90%	7,52%	61.453	28,98%	8,53%	41.729	19,68%	9,16%	56.059	26,44%	9,60%
Superior Completo	705.059	157.449	22,33%	22,44%	161.686	22,93%	22,43%	174.157	24,70%	38,24%	211.767	30,04%	36,27%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota:

- Leia-se (primeira linha): A população em idade ativa, na faixa dos 14 a 17 anos, é composta por 32,47% de homens negros;
- Leia-se (primeira linha): Da população de homens negros em idade ativa, 8,49% encontra-se na faixa dos 14 a 17 anos.;
- **Maior parcela em termos absolutos:**
- **Maior parcela na composição do grupo:** e
- Retirado o "Sem Classificação" do Grau de Instrução. Retirado "Outros" e "Não Sabe" de Gênero.

Apêndice E - Tabela 15 - PEA por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução

População Economicamente Ativa	Total	Negros						Não-Negros					
		Homens	% H. / Grupo (Vert.)	% Grupo / H. (Hor.)	Mulheres	% M. / Grupo (Vert.)	% Grupo / M. (Hor.)	Homens	% H. / Grupo (Vert.)	% Grupo / H. (Hor.)	Mulheres	% M. / Grupo (Vert.)	% Grupo / M. (Hor.)
	1.484.901	489.287	32,95%	100%	389.258	26,21%	100%	302.494	20,37%	100%	298.273	20,09%	100%
Idade													
14 a 17 anos	21.696	8.048	37,09%	1,64%	6.984	32,19%	1,79%	3.414	15,74%	1,13%	3.250	14,98%	1,09%
18 a 24 anos	195.476	70.526	36,08%	14,41%	53.482	27,36%	13,74%	34.410	17,60%	11,38%	37.058	18,96%	12,42%
25 a 39 anos	626.074	201.714	32,22%	41,23%	168.381	26,89%	43,26%	126.989	20,28%	41,98%	128.990	20,60%	43,25%
40 a 59 anos	584.395	189.206	32,38%	38,67%	149.804	25,63%	38,48%	124.589	21,32%	41,19%	120.796	20,67%	40,50%
60 mais	51.671	19.793	38,31%	4,05%	10.607	20,53%	2,72%	13.092	25,34%	4,33%	8.179	15,83%	2,74%
Grau de Instrução													
Sem instrução	25.302	11.030	43,59%	2,25%	7.235	28,59%	1,86%	3.927	15,52%	1,30%	3.110	12,29%	1,04%
Fund. Incompleto	128.431	57.932	45,11%	11,84%	36.879	28,72%	9,47%	19.744	15,37%	6,53%	13.876	10,80%	4,65%
Fund. Completo	63.464	27.340	43,08%	5,59%	18.110	28,54%	4,65%	9.451	14,89%	3,12%	8.563	13,49%	2,87%
Médio Incompleto	106.385	42.816	40,25%	8,75%	31.863	29,95%	8,19%	17.213	16,18%	5,69%	14.493	13,62%	4,86%
Médio Completo	446.817	161.364	36,11%	32,98%	127.456	28,53%	32,74%	81.038	18,14%	26,79%	76.959	17,22%	25,80%
Superior Incompleto	131.786	39.388	29,89%	8,05%	36.787	27,91%	9,45%	23.946	18,17%	7,92%	31.665	24,03%	10,62%
Superior Completo	527.568	130.871	24,81%	26,75%	117.533	22,28%	30,19%	136.438	25,86%	45,10%	142.726	27,05%	47,85%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota:

- Leia-se (primeira linha): A população economicamente ativa, na faixa dos 14 a 17 anos, é composta por 37,09% de homens negros;
- Leia-se (primeira linha): Da população de homens negros economicamente ativos, 1,64% encontra-se na faixa dos 14 a 17 anos;
- **Maior parcela em termos absolutos;**
- **Maior parcela na composição do grupo;** e
- Retirado o "Sem Classificação" do Grau de Instrução. Retirado "Outros" e "Não Sabe" de Gênero.

Apêndice F - Tabela 16 - População Ocupada por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução

Ocupados	Total	Negros						Não-Negros					
		Homens	% H. / Grupo (Vert.)	% Grupo / H. (Hor.)	Mulheres	% M. / Grupo (Vert.)	% Grupo / M. (Hor.)	Homens	% H. / Grupo (Vert.)	% Grupo / H. (Hor.)	Mulheres	% M. / Grupo (Vert.)	% Grupo / M. (Hor.)
	1.294.936	439.864	33,97%	100%	312.794	24,16%	100%	278.792	21,53%	100%	258.566	19,97%	100%
Idade													
14 a 17 anos	10.433	4.373	41,92%	0,99%	2.915	27,94%	0,93%	2.070	19,84%	0,74%	1.075	10,30%	0,42%
18 a 24 anos	136.391	52.594	38,56%	11,96%	32.752	24,01%	10,47%	25.647	18,80%	9,20%	25.398	18,62%	9,82%
25 a 39 anos	551.079	183.619	33,32%	41,74%	136.642	24,80%	43,68%	118.799	21,56%	42,61%	112.019	20,33%	43,32%
40 a 59 anos	543.733	180.497	33,20%	41,03%	130.784	24,05%	41,81%	119.829	22,04%	42,98%	112.623	20,71%	43,56%
60 mais	48.380	18.781	38,82%	4,27%	9.701	20,05%	3,10%	12.447	25,73%	4,46%	7.451	15,40%	2,88%
Grau de Instrução													
Sem instrução	21.486	10.072	46,88%	2,29%	5.849	27,22%	1,87%	3.211	14,94%	1,15%	2.354	10,96%	0,91%
Fund. Incompleto	109.602	51.763	47,23%	11,77%	29.156	26,60%	9,32%	17.683	16,13%	6,34%	11.000	10,04%	4,25%
Fund. Completo	51.814	23.086	44,56%	5,25%	13.270	25,61%	4,24%	8.671	16,73%	3,11%	6.787	13,10%	2,62%
Médio Incompleto	77.342	34.647	44,80%	7,88%	18.545	23,98%	5,93%	14.116	18,25%	5,06%	10.034	12,97%	3,88%
Médio Completo	380.278	144.622	38,03%	32,88%	99.400	26,14%	31,78%	73.002	19,20%	26,19%	63.254	16,63%	24,46%
Superior Incompleto	107.638	33.703	31,31%	7,66%	28.632	26,60%	9,15%	20.638	19,17%	7,40%	24.665	22,91%	9,54%
Superior Completo	499.121	126.026	25,25%	28,65%	106.881	21,41%	34,17%	131.945	26,44%	47,33%	134.269	26,90%	51,93%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota:

- Leia-se (primeira linha): A população ocupada, na faixa dos 14 a 17 anos, é composta por 41,92% de homens negros;
- Leia-se (primeira linha): Da população de homens negros ocupados, 0,99% encontra-se na faixa dos 14 a 17 anos.;
- **Maior parcela em termos absolutos;**
- **Maior parcela na composição do grupo;** e
- Retirado o "Sem Classificação" do Grau de Instrução. Retirado "Outros" e "Não Sabe" de Gênero.

Apêndice G - Tabela 17 - População Desempregada por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução

Desempregados	Média DF	Negros		Não-Negros	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	12,70%	10,10%	19,64%	7,84%	13,31%
Idade					
14 a 17 anos	51,91%	45,65%	58,26%	39,37%	66,92%
18 a 24 anos	30,32%	25,43%	38,76%	25,46%	31,46%
25 a 39 anos	12,01%	8,97%	18,85%	6,45%	13,16%
40 a 59 anos	7,00%	4,60%	12,70%	3,82%	6,77%
60 mais	6,37%	*	*	*	*
Grau de Instrução					
Sem instrução	9,27%	8,69%	*	*	*
Fundamental Incompleto	14,66%	10,65%	20,94%	10,44%	20,73%
Fundamental Completo	17,13%	15,56%	26,73%	*	20,74%
Médio Incompleto	27,30%	19,08%	41,80%	17,99%	30,77%
Médio Completo	14,89%	10,38%	22,01%	9,92%	17,81%
Superior Incompleto	18,33%	14,44%	22,17%	13,82%	22,11%
Superior Completo	5,39%	3,70%	9,06%	3,29%	5,93%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota:

- Leia-se: 9,06% de mulheres negras, com nível superior completo, estão desempregadas;
- **Acima da Taxa do Distrito Federal**; e
- (*) Sem significância estatística.

Apêndice H - Tabela 18 - Formais por raça/cor, gênero, idade e grau de instrução - Completo

Formais	Total	Negros				Não-Negros			
		Homens	% Grupo / Homens	Mulheres	% Grupo / Mulheres	Homens	% Grupo / Homens	Mulheres	% Grupo / Mulheres
	958.415	310.781	100,00%	228.067	100,00%	215.263	100,00%	200.832	100,00%
Idade									
18 a 24 anos	84.593	30.926	9,95%	20.334	8,92%	17.046	7,92%	16.287	8,11%
25 a 39 anos	423.402	135.323	43,54%	104.180	45,68%	94.507	43,90%	89.392	44,51%
40 a 59 anos	416.036	133.024	42,80%	97.231	42,63%	95.543	44,38%	90.238	44,93%
60 mais	28.564	10.766	3,46%	5.561	2,44%	7.596	3,53%	4.641	2,31%
Grau de Instrução									
Sem instrução	9.280	3.915	1,26%	3.708	1,63%	1.657	0,77%		0,00%
Fund. Incompleto	54.896	25.238	8,12%	14.147	6,20%	8.943	4,15%	6.568	3,27%
Fund. Completo	32.909	13.958	4,49%	8.482	3,72%	5.907	2,74%	4.562	2,27%
Médio Incompleto	42.522	18.844	6,06%	10.232	4,49%	7.550	3,51%	5.896	2,94%
Médio Completo	273.596	105.959	34,09%	69.107	30,30%	53.377	24,80%	45.153	22,48%
Superior Incompleto	79.045	24.279	7,81%	21.635	9,49%	15.925	7,40%	17.206	8,57%
Superior Completo	436.022	109.131	35,12%	94.120	41,27%	116.190	53,98%	116.581	58,05%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota:

- Leia-se (primeira linha): Da população de homens negros formais, 9,95% estão na faixa de 18 a 24 anos; e
- **Acima da Taxa do Distrito Federal.**

Apêndice I - Tabela 19 - Posição na Ocupação por raça/cor e gênero - Completa

Posição na Ocupação	Total DF	% Total	Negros				Não-Negros			
			Homens	% Grupo / H.	Mulheres	% Grupo / M.	Homens	% Grupo / H.	Mulheres	% Grupo / M.
Ocupados	1.294.936	-	442.899	34,20%	312.986	24,17%	280.818	21,69%	258.233	19,94%
Empregado no setor privado (Exceto Empregado Doméstico)	577.102	44,57%	205.131	46,32%	139.507	44,57%	120.128	42,78%	112.336	43,50%
Conta Própria ou Autônomo	278.924	21,54%	114.174	25,78%	59.096	18,88%	59.568	21,21%	46.086	17,85%
Empregado no setor público	228.447	17,64%	58.578	13,23%	51.296	16,39%	57.720	20,55%	60.853	23,57%
Empregado Doméstico	52.526	4,06%	3.882	0,88%	34.092	10,89%	1.679	0,60%	12.873	4,99%
Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar	33.381	2,58%	17.269	3,90%	1.878	0,60%	12.035	4,29%	2.199	0,85%
Dono de Negócio Familiar	23.142	1,79%	7.066	1,60%	5.858	1,87%	5.416	1,93%	4.802	1,86%
Empregador	23.317	1,80%	8.117	1,83%	3.951	1,26%	6.695	2,38%	4.554	1,76%
Profissional Universitário Autônomo (Profissional Liberal)	6.741	0,52%	1.657	0,37%	1.214	0,39%	1.843	0,66%	2.027	0,78%
Estágio Remunerado	5.932	0,46%	1.820	0,41%	1.568	0,50%	860	0,31%	1.684	0,65%
Sócio de Cooperativa	3.790	0,29%	1.392	0,31%	792	0,25%	1.106	0,39%	500	0,19%
Trabalhador sem remuneração salarial	2.925	0,23%	2.925	*	*	*	*	*	*	*
Aprendiz	1.289	0,10%	1.289	*	*	*	*	*	*	*

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Nota:

- Leia-se (primeira linha): Da população de homens negros, 46,32% estão na categoria "Empregado no setor privado (Exceto Empregado Doméstico)";
- **Maiores taxas.**

Apêndice J - Tabela 20 - Distribuição racial no Distrito Federal

(Continua)

Grupo Raça/Cor	Grupo RA	RA	Total	% (Composição do DF)
Não-Negros	Alta Renda	Plano Piloto	140.582	10,95
		Lago Sul	20.489	1,6
		Lago Norte	22.948	1,79
		Águas Claras	67.804	5,28
		Sudoeste/Octogonal	35.264	2,75
		Park Way	15.174	1,18
		Jardim Botânico	30.670	2,39
Não-Negros	Baixa Renda	Brazlândia	17.242	1,34
		Planaltina	68.674	5,35
		Paranoá	20.522	1,6
		São Sebastião	30.875	2,4
		Recanto das Emas	44.192	3,44
		Riacho Fundo II	22.876	1,78
		Varjão	2.679	0,21
		SCIA-Estrutural	9.215	0,72
		Itapoã	22.746	1,77
		Fercal	2.537	0,2
		Sol Nascente / Pôr do Sol	29.886	2,33
		Não-Negros	Média - Alta Renda	Taguatinga
Sobradinho	29.332			2,28
Núcleo Bandeirante	9.949			0,77
Guará	75.116			5,85
Cruzeiro	17.594			1,37
Candangolândia	6.648			0,52
SIA	754			0,06
Vicente Pires	36.310			2,83
Arniqueira	22.286			1,74
Não-Negros	Média - Baixa Renda	Gama	59.292	4,62
		Ceilândia	141.168	10,99
		Samambaia	96.079	7,48
		Santa Maria	45.277	3,53
		Riacho Fundo	18.568	1,45
		Sobradinho II	29.183	2,27
Negros	Alta Renda	Plano Piloto	84.266	4,88
		Lago Sul	9.957	0,58
		Lago Norte	14.591	0,84
		Águas Claras	52.303	3,03
		Sudoeste/Octogonal	20.102	1,16
		Park Way	7.907	0,46
		Jardim Botânico	22.375	1,3

Apêndice J - Tabela 20 - Distribuição racial no Distrito Federal

(Conclusão)

Grupo Raça/Cor	Grupo RA	RA	Total	% (Composição do DF)
Negros	Baixa Renda	Brazlândia	38.637	2,24
		Planaltina	117.824	6,82
		Paranoá	49.336	2,86
		São Sebastião	88.097	5,1
		Recanto das Emas	89.372	5,18
		Riacho Fundo II	50.112	2,9
		Varjão	6.274	0,36
		SCIA-Estrutural	28.312	1,64
		Itapoã	42.627	2,47
		Fercal	6.851	0,4
Sol Nascente / Pôr do Sol	63.331	3,67		
Negros	Média - Alta Renda	Taguatinga	118.477	6,86
		Sobradinho	44.106	2,55
		Núcleo Bandeirante	14.144	0,82
		Guará	66.967	3,88
		Cruzeiro	13.266	0,77
		Candangolândia	9.691	0,56
		SIA	983	0,06
		Vicente Pires	42.251	2,45
		Arniqueira	24.759	1,43
		Negros	Média - Baixa Renda	Gama
Ceilândia	209.179			12,11
Samambaia	151.550			8,78
Santa Maria	85.693			4,96
Riacho Fundo	25.896			1,5
Sobradinho II	49.654			2,88

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Apêndice K - Tabela 21 - Pirâmide Etária - Grupo Raça/Cor e Gênero

(Continua)

Faixa de Idade e Raça	Sexo	Total	%
0 a 4 - Não-Negros	Feminino	49.802	1,65
5 a 9 - Não-Negros	Feminino	37.536	1,25
10 a 14 - Não-Negros	Feminino	40.520	1,35
15 a 19 - Não-Negros	Feminino	45.577	1,51
20 a 24 - Não-Negros	Feminino	56.743	1,88
25 a 29 - Não-Negros	Feminino	53.388	1,77
30 a 34 - Não-Negros	Feminino	59.622	1,98
35 a 39 - Não-Negros	Feminino	63.290	2,1
40 a 44 - Não-Negros	Feminino	62.092	2,06
45 a 49 - Não-Negros	Feminino	51.204	1,7
50 a 54 - Não-Negros	Feminino	42.105	1,4
55 a 59 - Não-Negros	Feminino	36.375	1,21
60 a 64 - Não-Negros	Feminino	30.814	1,02
65 a 69 - Não-Negros	Feminino	24.733	0,82
70 a 74 - Não-Negros	Feminino	19.125	0,64
75 a 79 - Não-Negros	Feminino	14.330	0,48
80 a 84 - Não-Negros	Feminino	9.673	0,32
Mais de 85 - Não-Negros	Feminino	6.501	0,22
0 a 4 - Não-Negros	Masculino	49.142	1,63
5 a 9 - Não-Negros	Masculino	40.647	1,35
10 a 14 - Não-Negros	Masculino	39.109	1,3
15 a 19 - Não-Negros	Masculino	40.594	1,35
20 a 24 - Não-Negros	Masculino	48.226	1,6
25 a 29 - Não-Negros	Masculino	47.707	1,58
30 a 34 - Não-Negros	Masculino	46.987	1,56
35 a 39 - Não-Negros	Masculino	48.825	1,62
40 a 44 - Não-Negros	Masculino	48.560	1,61
45 a 49 - Não-Negros	Masculino	38.108	1,27
50 a 54 - Não-Negros	Masculino	34.168	1,13
55 a 59 - Não-Negros	Masculino	29.504	0,98
60 a 64 - Não-Negros	Masculino	21.043	0,7
65 a 69 - Não-Negros	Masculino	17.484	0,58
70 a 74 - Não-Negros	Masculino	11.239	0,37
75 a 79 - Não-Negros	Masculino	7.068	0,23
80 a 84 - Não-Negros	Masculino	5.568	0,18
Mais de 85 - Não-Negros	Masculino	3.106	0,1

Apêndice K - Tabela 21 - Pirâmide Etária - Grupo Raça/Cor e Gênero

(Conclusão)

Faixa de Idade e Raça	Sexo	Total	%
0 a 4 - Negros	Feminino	48.103	1,6
5 a 9 - Negros	Feminino	53.166	1,77
10 a 14 - Negros	Feminino	55.181	1,83
15 a 19 - Negros	Feminino	68.861	2,29
20 a 24 - Negros	Feminino	67.505	2,24
25 a 29 - Negros	Feminino	74.278	2,47
30 a 34 - Negros	Feminino	72.167	2,4
35 a 39 - Negros	Feminino	79.595	2,64
40 a 44 - Negros	Feminino	75.690	2,51
45 a 49 - Negros	Feminino	63.951	2,12
50 a 54 - Negros	Feminino	56.664	1,88
55 a 59 - Negros	Feminino	47.894	1,59
60 a 64 - Negros	Feminino	36.081	1,2
65 a 69 - Negros	Feminino	26.430	0,88
70 a 74 - Negros	Feminino	17.997	0,6
75 a 79 - Negros	Feminino	10.483	0,35
80 a 84 - Negros	Feminino	6.398	0,21
Mais de 85 - Negros	Feminino	4.242	0,14
0 a 4 - Negros	Masculino	53.779	1,79
5 a 9 - Negros	Masculino	54.950	1,83
10 a 14 - Negros	Masculino	60.654	2,01
15 a 19 - Negros	Masculino	75.728	2,52
20 a 24 - Negros	Masculino	74.133	2,46
25 a 29 - Negros	Masculino	70.815	2,35
30 a 34 - Negros	Masculino	77.661	2,58
35 a 39 - Negros	Masculino	79.285	2,63
40 a 44 - Negros	Masculino	71.490	2,37
45 a 49 - Negros	Masculino	62.358	2,07
50 a 54 - Negros	Masculino	52.717	1,75
55 a 59 - Negros	Masculino	40.211	1,34
60 a 64 - Negros	Masculino	31.074	1,03
65 a 69 - Negros	Masculino	21.015	0,7
70 a 74 - Negros	Masculino	15.047	0,5
75 a 79 - Negros	Masculino	8.953	0,3
80 a 84 - Negros	Masculino	4.426	0,15
Mais de 85 - Negros	Masculino	2.906	0,1

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018
Elaboração: DIPOS/Codeplan.

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. IPEDF Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.ipe.df.gov.br
ipe@ipe.df.gov.br

